



**Ministério da
Ciência e Tecnologia**



**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES DO
GESTOR**

BELÉM – PARÁ

2008

1. Identificação

<i>Dados identificadores da unidade jurisdicionada</i>		
Nome completo da unidade e sigla	Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG	
CNPJ	04.108.782.0001-38	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta	
Vinculação ministerial	Ministério da Ciência e Tecnologia	
Endereço completo da sede	Avenida Magalhães Barata 376, bairro São Braz, CEP 66040-170, tel.s: 91-3219 3300, 3249 1302	
Endereço da página institucional na internet	www.museu-goeldi.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Lei nº. 713 – de 12 de abril de 1872, aprova a criação de um museu de história natural.</p> <p>Em conformidade com o seu Regimento Interno aprovado pela PO nº 803/2006 ao MPEG compete: elaborar e executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento técnico-científico no âmbito de suas finalidades; comunicar conhecimento científico e tecnológico; formar recursos humanos no âmbito de suas finalidades.</p> <p>O MPEG atualmente conta a seguinte estrutura: 1.Diretor; 2.Conselho Técnico-Científico; 3.Coordenação de Planejamento e Acompanhamento; a)Serviço de Processamento de Dados; 4.Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação; a)Serviço da Estação Científica Ferreira Penna; b)Serviço de Campo da Estação Científica Ferreira Penna; 5.Coordenação de Ciências Humanas; 6.Coordenação de Botânica; 7.Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia; 8.Coordenação de Zoologia; 9.Coordenação de Comunicação e Extensão; a)Serviço de Parque Zoobotânico; b)Serviço de Comunicação Social; 10.Coordenação de Museologia; a)Serviço de educação; 11.Coordenação de Informação e Documentação; a)Serviço da Biblioteca; 12.Coordenação de Administração; a)Serviço de Orçamento e Finanças; b)Serviço de Recursos Humanos; c)Serviço de Material e Patrimônio; d)Serviços Gerais e, e)Serviço de Campus de Pesquisa.</p> <p>Até Agosto de 2000 o MPEG mantinha-se vinculado ao CNPq. A sua transferência ao MCT se deu por meio do Decreto 3.567, de 17 de Agosto de 2000.</p>	
Código da UJ titular do relatório	240125	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Ciência e Tecnologia	
Tipo de atividade	Pesquisa e Comunicação Científica	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Museu Paraense Emílio Goeldi	240125

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Em 2006, o Museu Paraense Emílio Goeldi, buscou consolidar um novo Planejamento Estratégico para definir suas prioridades e cumprir sua missão institucional para o período 2006-2010.

A elaboração do Plano Diretor do MPEG 2006-2010 baseou-se em análises e consultas aos públicos interno e externo e representante da sociedade, em estreita consonância com a metodologia adotada pelo MCT.

Para que o MPEG cumpra a sua missão de realizar pesquisa, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia, foram priorizados objetivos e metas compatíveis com os Objetivos Estratégicos do MCT, evidenciados nos quatro grandes Eixos e Subeixos do Planejamento Estratégico 2007-2010.

Objetivos Estratégicos e Metas Institucionais:

Objetivo Estratégico I: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Subeixo: Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico na Empresa

Objetivo Específico 1: Implantar um núcleo de inovação e transferência tecnológica (NITT) responsável pelo gerenciamento das consultorias institucionais efetivadas através da interação com os setores públicos e privados

Meta 1: Organizar e institucionalizar, até 2007, o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - Consultoria e Negócios no MPEG;

Meta 2: Promover, em 2006, um curso sobre gestão do conhecimento e transferência tecnológica para os gestores de projetos;

Meta 3: Identificar, em 2007 (2008), os ativos presentes nos acervos do MPEG (prospecção tecnológica);

Meta 4: Regularizar, até 2007 (2008), normas e procedimentos referentes à transferência do conhecimento através de consultorias e prestação de serviços nas áreas de atuação do MPEG;

Meta 5: Desenvolver, até 2008, um Plano de Negócios a partir de parcerias com os setores públicos e privados.

Objetivo Específico 2: Consolidar o Núcleo de Proteção ao Conhecimento do MPEG

Meta 6: Elaborar e implantar, em 2007 (até 2008), uma política interna de proteção ao conhecimento;

Meta 7: Manter e atualizar anualmente, até 2010, uma exposição virtual de casos que relatem o uso de recursos naturais e obtenção de patentes deles derivadas;

Meta 8: Elaborar e publicar, em 2006 (até 2007), 5000 postais com descrição de casos de patentes derivadas de recursos naturais;

Meta 9: Editar, em 2006 (até 2007), 3.500 cartilhas sobre a proteção ao conhecimento;

Meta 10: Organizar e publicar, em 2006, 1.500 exemplares (livro) referentes ao resultado das discussões do seminário internacional sobre a proteção do conhecimento das sociedades tradicionais;

Meta 11: Mapear nas coordenações de pesquisa do MPEG projetos que envolvam conhecimentos tradicionais e disponibilizar os resultados através de mídia digital, até 2010;

Meta 12: Treinar, até 2008, 50 pesquisadores da região nos procedimentos relacionados à proteção da propriedade intelectual de processos e produtos;

Meta 13: Promover, em 2006 (até 2008), 3 eventos e cursos de capacitação em Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais;

Meta 14: Realizar, até 2007, 5 Oficinas sobre proteção do conhecimento e inovação para alunos de iniciação científica, alunos do mestrado, pesquisadores mirins, pesquisadores, comunidades locais e iniciativa privada;

Meta 15: Institucionalizar, até 2007, o grupo de pesquisa em proteção aos conhecimentos tradicionais.

Subeixo: Fármacos e Medicamentos.

Objetivo Específico 3: Facultar o uso dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo MPEG, propiciando o desenvolvimento de produtos e/ou processos vinculados a cosméticos e fármacos (Princípios Ativos)

Meta 16: Aumentar, até 2008, o grupo de pesquisa de fitofármacos e plantas aromáticas com a inclusão de mais dois pesquisadores;

Meta 17: A partir do banco de óleos essenciais, estabelecer, até 2010, pelo menos 3 contratos de interesse comercial, sobretudo com empresas de Fitoterápicos, Cosméticos e Insumos Vegetais à base de produtos

naturais da Amazônia;

Meta 18: Transferir anualmente, até 2010, pelo menos 02 amostras de óleos essenciais para pesquisas científicas que apontem para possibilidades inovativas para os setores produtivos;

Meta 19: Ampliar, até 2010, em 40% o banco de dados de óleos essenciais.

Objetivo Estratégico II: Objetivos Estratégicos Nacionais

Subeixo: Cooperação Internacional

Objetivo Específico 1: Intensificar a inserção do MPEG na comunidade científica internacional.

Meta 20: Estabelecer pelo menos duas cooperações internacionais até 2010, uma com o Museu do Cairo e outra com um consórcio de Museus da Europa e dos Estados Unidos;

Meta 21: Promover, em 2007 (até 2009), a assinatura de no mínimo duas cooperações na área de Museologia, envolvendo os países da América Latina (Guiana Francesa);

Meta 22: Promover, até 2008, a assinatura de no mínimo 2 cooperações com os países do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA;

Meta 23: Assinar, em 2007 (até 2010), o Termo de Ajuste Complementar com a França para a continuidade do Projeto ECOLAB;

Meta 24: Estabelecer, até 2008, uma Política Institucional de cooperação internacional com os países do MERCOSUL.

Subeixo: Amazônia

Objetivo Específico 2: Contribuir para a conservação dos recursos naturais e a preservação da diversidade sócio-cultural da Amazônia

Meta 25: Consolidar os atuais Programas Institucionais de Biodiversidade e de Estudos Costeiros, até 2008, fornecendo infra-estrutura e instrumentos gerenciais necessários para seu adequado planejamento, funcionamento e avaliação;

Meta 26: Implementar, até 2009, o Programa institucional de Ocupação Humana, Conhecimentos Tradicionais e Sociedades Indígenas na Amazônia;

Meta 27: Instituir, em 2007, em caráter nacional, os programas de residência e de apoio a teses e dissertações na Floresta Nacional de Caxiuanã, de maneira a aumentar em pelo menos 20% o número de projetos de pesquisa na Estação Científica Ferreira Penna (EFCP) até 2010.

Objetivo Específico 3: Incrementar, modernizar e documentar os acervos institucionais.

Meta 28: Informatizar, até 2009, no mínimo, 05 coleções científicas;

Meta 29: Implementar, até 2008, a política institucional de conservação de acervos;

Meta 30: Estabelecer, em 2007 (até 2008), junto com o Conselho de Curadores, as responsabilidades e diretrizes para a gestão de dados sobre as coleções;

Meta 31: Estabelecer, até 2009, o programa de capacitação de assistentes de curadoria;

Meta 32: Manter ativo, anualmente, o intercâmbio de espécimes e informações com órgãos ambientais da Amazônia, de modo a receber, até 2010, material de áreas desflorestadas.

Objetivo Específico 4: Criar um Programa de Coleções Biológicas.

Meta 33: Atender, até 2010, as necessidades de reforma estrutural e arquitetônica, segurança e climatização dos espaços de armazenagem e laboratórios associados às coleções científicas do Museu Goeldi;

Meta 34: Aumentar, até 2010, em 0,5% por ano o número de espécimes incorporados;

Meta 35: Aumentar, até 2010, progressivamente a proporção de táxons identificados nos acervos mediante a visita programada de 12 especialistas por ano;

Meta 36: Realizar, até 2010, 01 expedição multidisciplinar por ano, para coleta de material biológico em áreas impactadas ou pouco conhecidas da Amazônia como p.ex. na BR 163, do Alto Rio Juruá; do arco do desmatamento, do centro de endemismo Belém - leste do Pará e na calha norte do rio Amazonas.

Objetivo Estratégico III: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Subeixo I: Difusão e Popularização da Ciência

Objetivo Específico 1: Proporcionar a socialização de conhecimentos científicos relacionados à Amazônia

Meta 37 : Implementar, em 2007 (até 2008), um Programa Institucional de Comunicação e Educação em

Ciências;

Meta 38: Recuperar e requalificar, até 2008, os dois espaços expositivos do MPEG;

Meta 39: Montar, até 2010, 01 exposição de longa duração sobre a história institucional, 01 exposição de longa duração sobre a diversidade sociocultural da Amazônia, 01 exposição de média duração anual e, no mínimo, 20 exposições temporárias;

Meta 40: Ampliar em 20%, até 2010, o número de professores e estudantes atendidos pelos projetos de educação não formal do MPEG;

Meta 41: Ampliar, em 20% até 2010, o número de escolas atendidas pelo serviço de educação;

Meta 42: Implementar, até 2010, o Plano de Manejo do Parque Zoológico visando à melhoria do atendimento a seus usuários;

Meta 43: Atualizar a política editorial da instituição, em 2007 (2008), e garantir a periodicidade do boletim, visando sua inserção na base Scielo.

Subeixo II: Tecnologias Apropriadas/ Sociais

Objetivo Específico 2: Contribuir para a preservação do patrimônio cultural e melhoria da qualidade de vida dos diferentes grupos sociais que vivem na Amazônia.

Meta 44: Capacitar, até 2010, 50 lideranças de populações tradicionais amazônicas sobre o uso, manejo e conservação de recursos naturais, por ano;

Meta 45: Produzir, até 2010, 5 publicações sobre a aplicação de novas tecnologias e comercialização de produtos de comunidades amazônicas;

Meta 46: Desenvolver, validar e aplicar, até 2010, tecnologias sobre manejo e conservação de recursos naturais para 10 comunidades amazônicas.

Subeixo III: Centros Vocacionais Tecnológicos - (CVT)

Objetivo Específico 3: Implementar programa de formação de professores e de estudantes do ensino médio e fundamental, visando socializar o conhecimento científico.

Meta 47: Formalizar junto à Secretaria Executiva de Educação do Pará, em 2006, a implementação do CentralCiência;

Meta 48: Integrar, até 2007, o CentralCiência às escolas da Rede Pública Estadual e Municipal;

Meta 49: Publicar, até 2009, pelo menos 3 livros didáticos relacionados à Amazônia.

Objetivo Estratégico IV: Consolidação, Expansão e Integração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Subeixo I: Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação.

Objetivo Específico 1: Investir na formação de recursos humanos especializados para a Amazônia.

Meta 50: Buscar, até 2010, a progressão para o conceito 5 da CAPES, dos cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Zoologia e em Ciências Sociais, e conceito 4 para os cursos de Botânica e de Ciências Ambientais;

Meta 51: Implantar e consolidar até 2009, o curso de Doutorado em Botânica;

Meta 52: Implantar e consolidar, até 2009, o curso de Ciências Ambientais como referência no País;

Meta 53: Criar, até 2010, 2 cursos de pós-graduação (*lato sensu*), em arqueologia da Amazônia e gestão de unidades de conservação;

Meta 54: Ampliar, até 2010, em 25% o número de bolsas de agências de fomento federais e estaduais para o MPEG.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

“Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia”.

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) completou em 06 de outubro de 2008 142 anos preparando novos capítulos de sua história como instituição de referência internacional na Amazônia, a partir da elaboração de projetos e ações diversificadas em prol da pesquisa científica e na divulgação da biodiversidade da região.

As atividades de pesquisa do Goeldi contemplam as áreas de botânica, ciências humanas, zoologia, ciências

da terra e ecologia as quais são desenvolvidas pelas respectivas coordenações e por meio dos programas de pós-graduação, iniciação científica, e capacitação institucional, além de projetos com empresas privadas e instituições parceiras. As pesquisas realizadas pelo Museu Goeldi, que também estão vinculadas às coleções científicas e aos laboratórios técnicos, as pesquisas realizadas pelo Museu têm contribuído para o avanço do conhecimento sobre a Amazônia, a conservação de sua biodiversidade e o estudo do modo de vida das populações, na capacitação de recursos humanos em áreas estratégicas, através dos programas de pós-graduação, iniciação científica e capacitação institucional, no suporte para a formulação de políticas públicas para Amazônia e nas ações institucionais de caráter interdisciplinar sobre questões amazônicas, como desenvolvimento regional, agricultura familiar, impacto ambiental, fundamentais na geração de informações estratégicas sobre a região, consoante com a política definida pelo Governo Federal através do Ministério de Ciência e Tecnologia sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O Museu Goeldi contabiliza 16 coleções científicas com 4 milhões de itens tombados. Cada item corresponde a um manancial de conhecimentos sobre ecologia, biogeografia, diversidade cultural e lingüística e biodiversidade. Os conhecimentos acumulados pelo Museu Goeldi também subsidiam estudos ambientais relacionados a empreendimentos econômicos na região.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Pesquisa, Inovação e Políticas Públicas

Produção científica fortemente centrada em estudos da biodiversidade, biogeografia, ecologia animal e vegetal, dinâmica de ecossistemas, conservação de recursos naturais, geoquímica, antropologia, arqueologia, lingüística indígena e história do conhecimento científico. As metas do Índice de Publicações (IPUB) e do Índice Geral de Publicações (IGPUB) foram atingidas em 2008.

Destaque para a participação de pesquisadores do MPEG no “Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção” (Fundação Biodiversitas); no livro “Bases científicas para a conservação da várzea: identificação e caracterização de regiões biogeográficas” (IBAMA); e em vários inventários florísticos e faunísticos.

Foram **descritas sete novas espécies** para a Ciência, sendo três de aranhas; duas de peixes; uma de briófitas; e uma de fungo. Esses números elevam para mais de 80 as espécies novas descritas por pesquisadores do MPEG desde o ano de 2000.

Realizadas **cinco grandes expedições** a áreas pouco conhecidas dos cientistas, sobretudo para a calha norte do rio Amazonas, durante as quais foram coletadas e identificadas mais de duas mil espécies de animais e plantas.

Foram mantidas as **redes de pesquisa e as parcerias institucionais**, sendo as principais: PPBio, Biota Pará, TEAM, Geoma, PIME, LBA, Milênio LBA, Calha Norte, Belo Monte, Juruti, CT-Petro Amazônia, Programa de Estudos Costeiros, Piatam-Mar, Piatam-Oceano, ECOLAB, Rede Tipitamba e COBio (Rede Qualificação e Integração das Coleções Biológicas da Amazônia Oriental e do Nordeste Brasileiro).

Estão sendo implantadas **três novas redes de âmbito nacional e internacional**: Rede-Clima, destinada aos estudos climáticos; e outras duas redes destinadas ao estudo de línguas indígenas e antropologia. A primeira tem como parceiros o Museu do Índio (FUNAI) e o Instituto Max Planck, na Alemanha. A segunda tem parceiros em Moçambique e em Portugal, inaugurando na história do MPEG as relações científicas formais com a África.

O MPEG teve aprovada proposta para coordenar um **Instituto Nacional de C&T**, destinado aos estudos de biodiversidade e uso da terra na Amazônia.

O **incremento médio das coleções** (biológicas e geológicas) foi de **3,2 registros**. Os projetos e programas em rede propiciaram a melhoria geral da infra-estrutura do acervo, a organização de novas coleções (pólen e diatomáceas) e o desenvolvimento de *websites* para a catalogação e divulgação da biodiversidade amazônica.

Forte atuação na formulação e no fortalecimento de **políticas públicas**, com destaque para:

- a) Atualização do mapa de áreas prioritárias para conservação do Programa ARPA (MMA);
- b) Identificação e mapeamento dos nichos ecológicos de espécies ameaçadas de extinção para auxiliar na

formulação do Programa Extinção Zero, do Governo do Estado do Pará;

- c) Coordenação da comissão interinstitucional destinada a criar subsídios para a formulação do programa paraense de reflorestamento e de recuperação de áreas degradadas, denominado “1 Bilhão de Árvores”;
- d) Coordenação interinstitucional para identificar e mapear as áreas de várzea amazônica prioritárias para conservação (IBAMA);
- e) Participação em reuniões políticas e científicas importantes para a região amazônica, como: 9ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP-9), realizada em Bonn, na Alemanha, entre 19 e 30 de maio de 2008; Seminário sobre Inserção Internacional da Amazônia, em Brasília; Reunião sobre o Plano Amazônia Sustentável, em Brasília (IPEA), em 26 de junho de 2008; Workshop Síntese do Conhecimento sobre a Margem Equatorial Amazônica, nos dias 3 e 4 de julho de 2008; e 1º Encontro para Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas do Estado do Pará, em 30 de outubro de 2008.

Além dos citados eventos, o MPEG coordenou as seguintes **reuniões de âmbito regional, nacional e internacional**: II Fórum de Arqueologia e Turismo na Amazônia, em 2 de setembro de 2008; I Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica, em Belém, de 2 a 5 de setembro de 2008; Conferência Científica Internacional “Amazônia em Perspectiva: Ciência Integrada para um Futuro Sustentável”, em Manaus, de 17 a 20 de novembro de 2008, em associação com o INPA, INPE e NASA; e VII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, em Belém, de 9 a 12 de dezembro de 2008, em associação com a UFPA, IEPA, Embrapa e INPA.

Foram defendidas **4** teses e **33** dissertações, realizados **3** cursos, **2** seminários e um ciclo de palestras, no âmbito da pós-graduação.

Forte atuação na **formação de recursos humanos**. Além dos estudantes de pós-graduação, o MPEG abriga mais 306 pesquisadores e estudantes em diversos programas: o Programa de Capacitação Institucional (PCI) abriga 77 bolsistas (MCT/CNPq); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) conta com 90 bolsistas (CNPq); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-JR) conta com 23 bolsistas do CNPq e 15 bolsistas da FAPESPA; e o Programa Institucional de Estágios abriga 101 estudantes, sendo 25 remunerados.

Destaque para o boletim científico do MPEG, que a partir de 2008 sofreu fortes mudanças, com um novo corpo editorial, incluindo um editor científico, três editores associados e uma editora executiva. Essa equipe é responsável pela qualidade científica, editorial e gráfica da revista. Além disso, o Boletim conta com um sítio específico na internet, onde são disponibilizados a política editorial, as instruções aos autores, o corpo editorial, o conselho científico, os boletins atualizados, ampliando a visibilidade nacional e internacional do Boletim, que já começou a receber propostas de indexação em bases de dados estrangeiras.

Quatro pesquisadores receberam **distinções**: Nelson Sanjad foi vencedor do Prêmio Mário de Andrade (IPHAN), tendo sua tese de doutorado selecionada como a melhor nas áreas de museus, memória e patrimônio no período de 2000 e 2007; o bolsista Bruno Ayres foi premiado no XVI Seminário do PIBIC; e as bolsistas Priscila Sanjuan Medeiros e Tatiana Gibertoni tiveram seu trabalho reconhecido como a melhor apresentação oral da Conferência “Amazônia em Perspectiva...”, dentro do tema Biodiversidade. Outros 14 trabalhos de bolsistas mereceram distinções nesse evento.

Comunicação, Informação, Educação e Inclusão Social

O **Parque Zoobotânico (PZ)** recebeu **188.356** visitantes, sendo 32.200 estudantes e 2.652 turistas, além de comunitários, instituições, igrejas, etc. Em maio foi inaugurado o Centro de Visitantes, que ampliou os canais de comunicação atualmente existentes entre a instituição e a sociedade.

O Programa de Revitalização do Parque Zoobotânico prosseguiu com diversas melhorias na infra-estrutura: construção de novo banheiro público e bebedouro; recuperação do muro externo; recuperação do Pavilhão Emília Snethlage (Diretoria); do Chalé do Biotério (Editora); e do Espaço Ernst Lohse (nova Livraria). Vários estudos foram concluídos, como o manejo de uso público, a análise da fitosanidade dos espécimes arbóreos; e o mapa acústico. Também prosseguiu a elaboração do projeto paisagístico do PZ, que permitirá, em 2009, a intervenção em vários recintos de animais. Essa intervenção será executada com recursos da Petrobras, cujo projeto foi aprovado em 2008 pela ANP. Foi licitada pela FADESP a construção do novo

Centro de Exposições Eduardo Galvão e as obras do Aquário¹.

Foram realizadas cinco **exposições**, sendo três no Parque Zoobotânico (150 anos da teoria da evolução; arqueoastronomia; e Arte Pará) e duas em eventos (evolução de mamíferos aquáticos, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e na Amazontech; e patrimônio arqueológico da Amazônia, no Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica). Juntas, atraíram mais de 50 mil visitantes.

Foram mantidos os **projetos e serviços educativos** oferecidos à sociedade, como o Clube do Pesquisador Mirim, que atendeu 150 crianças e adolescentes; a Coleção Didática Emília Snethlage; a Biblioteca de Ciências Clara Maria Galvão; o Projeto EducAmazônia; e o Projeto CentraICiência.

Foi concluído o projeto executivo para a reforma da **Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna** (CT-INFRA). A licitação deverá ser aberta nos primeiros meses de 2009, pela FADESP. Avançaram os projetos destinados à recuperação e salvaguarda dos acervos bibliográficos e arquivísticos. O projeto de recuperação da coleção fotográfica (Caixa Econômica Federal) foi finalizado e o projeto de recuperação das obras raras (BNDES) teve início em dezembro de 2008.

Foi retomada a publicação do jornal “Destaque Amazônia”, criado há 24 anos para a **divulgação científica**. O CNPq apóia a iniciativa. Foi firmada parceria com o IDESP para ampliar a Base de Dados de Informações Jornalísticas sobre a Amazônia, disponibilizando todos os seus registros na internet.

Foram realizados 134 eventos, entre reuniões científicas, seminários, palestras, cursos, oficinas, e de educação ambiental, entre outros.

Várias ações foram realizadas no campo da **inclusão social**, com destaque para: formação da Rede Paraense de Pesquisa em Biodiesel, em associação com a Embrapa, UFPA, UFRA e pequenos produtores rurais; implementação de projetos de educação ambiental e patrimonial em comunidades impactadas pela exploração de recursos naturais, sobretudo em Oriximiná e Canaã dos Carajás (PA).

Foram **publicados** 4 livros, 3 boletins científicos (Ciências Humanas e Ciências Naturais) e vários materiais didáticos, como cartilhas educativas e jogos.

Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT)

Aprovada junto à Comissão de Estruturação do NITT/MPEG a proposta da Política Institucional de Inovação; foi organizado o Workshop “Excelência e Inovação na Gestão Pública”, em 29 e 30 de setembro de 2008; foram realizadas visitas técnicas ao INPI (RJ), PUC (RS), UNESP e USP (SP). Houve participação em vários eventos, com apresentação de trabalhos.

A **marca** do MPEG foi registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), com o nº 825394155. Outras duas marcas do Museu Goeldi (nº 825394163 e nº 90196223) encontram-se em processo de registro.

Gestão e Infra-Estrutura

Foi realizada reforma em vários ambientes no Campus de Pesquisa, no Parque Zoobotânico (PZB) e na Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn), com recursos de diversas fontes.

No Campus de Pesquisa, destaque para a modernização dos laboratórios com recursos da Petrobras (R\$ 198 mil) e recuperação do LAPPAM/Sala de Microscopia (R\$ 63 mil); recursos do MCT/SCUP para expansão e *upgrade* da rede de fibra ótica (R\$500 mil); reforma das instalações elétricas de baixa tensão em vários prédios do Campus (R\$ 500 mil); e reforma da caixa d’água do Campus (R\$ 100 mil); e R\$ 400 mil do Tesouro, para recuperação do telhado da Coordenação de Ciências Humanas. Houve ampliação da base física para a pesquisa, sendo construído o prédio para melhor atender as atividades dos Programas Interdisciplinar (PIME, Geoma, LBA) e para o Laboratório de Análise Molecular com recursos do

¹ Convênio FINEP/MCT-SECIS/MPEG/FADESP No. 1490, para a construção do novo Centro de Exposições Eduardo Galvão. As obras estão previstas para serem iniciadas em fevereiro de 2009. O Aquário localizado no interior do Parque Zoobotânico terá suas obras finalizadas em janeiro de 2009, com inauguração prevista para abril de 2009.

MCT/SEPED (R\$ 254 mil) e iniciada a construção do prédio da Coleção de Ictiologia, com apoio da Petrobras (R\$ 356 mil).

No PZB, reconstrução e ampliação do Pavilhão Eduardo Galvão com recursos da FINEP (2.100 mil); e R\$ 850 mil da CVRD, para obras de melhoria para revitalização do Parque. O Museu Goeldi executou ainda com orçamento próprio (tesouro) várias obras emergenciais e necessárias para atender ao Termo de Ajuste de Conduta celebrado entre o IBAMA e o MPEG, com relação à adequação do Zoológico. Recursos do Ministério do Turismo (R\$ 250 mil); da Mineração Rio Norte (R\$ 150 mil); e R\$ 150 mil do Tesouro, para obras de reforma do Aquário.

Na ECFPn destaque para os recursos do projeto TEAM - Block Grant no valor de R\$ 49 mil, para reforma do Barco Ferreira Penna e da Casa de Breves; e R\$ 70 mil do Tesouro, para recuperação do trapiche da ECFPn.

Para possibilitar a continuidade das atividades de pesquisa na Floresta Nacional de Caxiuanã, foi renovado o convênio de cooperação técnica entre o MPEG e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) para a operacionalização da Estação Científica Ferreira Penna, na Floresta Nacional de Caxiuanã.

Merece destaque especial o esforço para a capacitação e treinamento de servidores da área de gestão. Trinta servidores foram treinados (CMU/AJUR/SPD /CPA/CAD /SRH/SMP/ SOF/ SCP/ SG), com recursos do MPEG e apoio da CDRH do MCT. Os treinamentos foram realizados em Belém, Brasília e Rio de Janeiro. Dentre estes, 15 servidores se capacitaram em *Licitações e Contratos - Incluindo Noções de Pregão e Registro de Preço e outros*, conforme demonstra a tabela 01 abaixo.

Tabela 01 - DEMONSTRATIVO DE TREINAMENTO

NOME DOS CURSOS	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA	CUSTOS (R\$)
Treinamento SIGTEC	MCT/AC	01 a 06/03	Brasília (DF)	48	621,92
Aposentadoria e Pensões no Serviço Público	MCT/AC	23 a 25/04	Brasília (DF)	24	1.845,29
AUTOCAD/2008	Clube de Engenharia	01 a 14/07	Belém (PA)	120	1.050,00
Curso de Licitações e contratos	MCT/AC	06 a 09/07	CBPF - Rio (RJ)	32	3.982,83
Curso de Prestação de Contas, Convênios e Contratos	MCT/AC	09 a 12/07	CBPF - Rio de Janeiro (RJ)	32	396,42
Curso Direito Administrativo e Constitucional	MCT/AC	27/07 a 01/08	CBPF - Rio (RJ)	40	4.086,16
Treinamento AGU/BSB	AGU/MCT	18 a 20/08	Brasília (DF)	24	1.964,63
Treinamento SICONV	SICONV/MCT	28 a 29/08	Brasília-DF	16	3.908,76
Treinamento sobre a funcionalidade para Credenciamento e Cadastramento de Proponentes, no SICONV.	Ministério do Planejamento	28/08/09	Brasília - DF	8	3.908,76
Licitações e Contratos- Noções de Pregão e SRP	TREIDE	03 a 05/09	Belém-PA	24	15.480,00
XVII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas	ANPROTEC 2008	22 a 26/09	Aracaju-SE	40	9.909,12

Workshop Inovação e Excelência na Gestão Pública	NITT/MPEG	29 a 30/09	Belém (PA)	16	3.242,00
Contabilidade Pública - Sistema SIAFI	MCT/AC	06 a 08/10	Rio (RJ)	24	1.679,00
Oficina Registro de Indicação Geográfica: Indicação de Procedência e Denominação de Origem.	NITT/MPEG	06 a 07/11	Belém (PA)	16	6.730,00
Curso UK Brasil	Uk Brasil	18 a 19/11	São Paulo (SP)	16	745,00
Curso Modelo de Gestão da Inovação - ABIPTI	NITT/MPEG	19 a 21/11	Belém (PA)	24	14.610,00
Reunião do Fórum de Gestores de Inovação Tecnológica	FORTEC Nacional	24 a 25/11	Porto Alegre (RS)	16	2.545,24
Amazontech	SEBRAE	25 a 29/11	São Luiz (MA)	40	560,32
Total					77.265,45

Recursos Financeiros/Orcamentários

Para atender aos objetivos e metas estabelecidas no Contrato de Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Naturais, celebrado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Museu Paraense Emílio Goeldi recebeu recursos do Tesouro Nacional no valor R\$ 8.344.800,00 (oito milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais). Deste, foi devolvido em 15/12 ao Serviço Orcamentário e Financeiro do MCT o valor de R\$ 184.060,00; foram transferidos para o Superintendência Geral de Recursos Humanos do MCT R\$ 103.380,09, para pagamento de estagiários; para o Museu de Astronomia (MAST) R\$ 2.736,48, para pagamento Passagens aéreas; para Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) R\$ 50.000,00, para atender despesas em custeio; para o Coordenadoria de Orcamento e Finanças do MCT R\$ 11.109,42, para Passagens e para o OMT R\$ 28.876,25, para atender despesa em capital, ficando disponível no Orcamento total o valor de R\$ 7.964.637,76. (sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos). As despesas realizadas e liquidadas no período consumiram recursos na ordem R\$ 7.137.037,30 (sete milhões, cento e trinta e sete mil, trinta e sete reais e trinta centavos), ficando disponível no Tesouro, orçamento no valor de R\$ 827.600,46 (oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos reais e quarenta e seis centavos) não foi utilizado.

Gestão Orcamentária

O MPEG executou seu orçamento de acordo com as Normas de Encerramento do Exercício de 2008.

- a) As 02 ações do MPEG, foram executadas conforme planejado, tanto em Custeio quanto em Capital.
- b) Ficou registrado na conta 292110000 - Crédito Disponível o valor de R\$ 1.306.190,74, conforme demonstrado na tabela 02

Tabela 02 – CRÉDITO DISPONÍVEL

PLANO DE TRABALHO RESUMIDO	RUBRICA	VALOR (R\$)
004745	Capital	20.000,00
004745	Capital	2.825,84
004749	Custeio – SRH-BSB	26.914,60
004749	Custeio	1.543,88
004749	Custeio	3.817,41
004749	Custeio	3.266,19
004788	Custeio	6.120,00
004793	Custeio – SCUP	28.966,74
004793	Custeio – SCUP	32.000,00
004793	Custeio – SCUP	158.515,70
004842	Custeio	8.124,20
004848	Custeio	173.293,17
014211	Custeio	81.595,97
014211	Custeio	122.963,75
014211	Custeio	344.483,71
014211	Custeio	8.764,98
014211	Custeio – 0150	182.384,57
014211	Custeio – 0350	78.780,00
021567	Capital – PPBIO	11.000,00
021588	Custeio	10.830,03
T O T A L	-	1.306.190,74

Tabela 03 - GESTÃO (FONTE TESOIRO)

Recursos Liquidados	Recursos a Liquidar	Recursos não Utilizados	Valores Transferidos	Recursos Recebidos
PI 1086				
1.490.144,27	-	1.543,88	-	1.491.688,15
PI 1087				
2.054.589,06	-	3.817,41	-	2.058.406,47
PI 1088				
643.259,10	-	3.266,19	-	646.525,29
4.187.992,43	-	8.627,48	-	4.196.619,91

Tabela 04 - PESQUISA (FONTE TESOIRO)

Recursos Liquidados	Recursos a Liquidar	Recursos não Utilizados	Valores Transferidos	Recursos Recebidos
PI 10005				
346.674,83	-	81.595,97	-	428.270,80
PI 10006				
340.236,25	-	122.963,75	-	463.200,00
PI 10007				

1.269.123,34	-	344.483,71	-	1.613.607,05
PI 10008				
641.235,02	-	8.764,98	-	650.000,00
2.597.269,44	-	557.808,41	-	3.155.077,85

Tabela 05 - PESQUISA (FONTE RECURSOS PRÓPRIOS: 0150/0350)

Recursos Liquidados	Recursos a Liquidar	Recursos não Utilizados	Valores Transferidos	Recursos Recebidos
PI 10006				
267.615,43	-	182.384,57	-	450.000,00
PI 10009				
84.160,00	-	78.780,00	-	162.940,00
351.775,43	-	261.164,57	-	612.940,00

O Museu Goeldi recebeu Crédito Suplementar no valor de R\$1.708.101,04 (um milhão, setecentos e oito mil, cento e um reais e quatro centavos), por meio de descentralização cuja aplicação se deu conforme demonstra a tabela 06.

Tabela 06 - CRÉDITOS SUPLEMENTARES (FONTE TESOURO)

Recursos Liquidados	Recursos a Liquidar	Recursos não Utilizados	Valores Transferidos/dev olvido	Recursos Recebidos
CGRH 24.903,40	-	26.914,60	-	51.818,00
PAGAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS/FOLHA DE PAGAMENTO 21.288,00	-	-	-	21.288,00
REDE LÓGICA 453.993,37	-	-	46.006,63/OMT	500.000,00
AQUIS. GERADOR 56.000,00	-	2.825,84	20.000,00/OMT	78.825,84
RECUP. CAIXA D'AGUA 100.000,00	-	-	-	100.000,00
EDIÇÃO LIVRO CAXIUANÃ	-	32.000,00	-	64.800,00

32.800,00				
PUBLICAÇÕES SBPC/EXPO TEC OLIMPIADA DE CIÊNCIA 191.484,30	-	158.515,70	-	350.000,00
SCUP- PROPRIEDADE INTELECTUAL	-	-	20.000,00/INPA	20.000,00
NITT 29.033,26	-	28.966,74	-	58.000,00
WORKSHOP LEI DE INOVAÇÃO 245,00	-	8.124,20	-	8.369,20
PERIODICOS ATIV. FIM 126.706,83	-	173.293,17	-	300.000,00
SEMANA C&T 24.169,97	-	10.830,03	-	35.000,00
CBPF	-	-	20.000,00/OMT	20.000,00
INPE	-	-	35.000,00/OMT	35.000,00
ON 28.880,00	-	6.120,00	30.000,00/OMT	65.000,00
1.089.504,13	-	447.590,28	171.006,63	1.708.101,04

O Museu Goeldi recebeu através de Convênio R\$ 164.628,36 (Cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos), conforme demonstra a tabela 07.

Tabela 07 - CRÉDITOS COMPLEMENTARES (FONTE TESOURO/FNMA)

Recursos Liquidados	Recursos a Liquidar	Recursos não Utilizados	Valores Transferidos/devolvido	Total de Recursos Recebidos
PPBIO 2008 65.508,00	-	11.000,00	20.960,00/INPA	97.468,00
FNMA 65.508,00	-	-	67.160,36/FNMA	67.160,36
	-	11.000,00	88.120,36	164.628,36

Gestão Financeira

- a) Os recursos foram recebidos de acordo com a liquidação das despesas, os valores de recursos financeiros foram disponibilizados de acordo com a liquidação, estipulado pelas Normas de Encerramento do Exercício de 2008;

- b) Os recursos financeiros disponíveis no MPEG na ordem de R\$ 1.364.438,30, estão disponíveis para a liquidação das despesas pendentes e encontram-se distribuídos conforme disposto na tabela 08.

Tabela 08 – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

FONTE	SALDO FINANCEIRO (R\$)
0100-Tesouro	739.544,15
0100/310-Folha Pagamento	641,40
0150-Receitas próprias	458.434,91
0100/410-Cartão Corporativo	2.877,74
0350-Custeio/Invest.C/Exig. de Empenho	162.940,00
Total	1.364.438,30

- c) A exigibilidade financeira está representada da seguinte maneira:

Na execução financeira ficaram pendentes de pagamento na conta 292410402 – Valores Liquidados à Pagar na ordem de R\$ 630.420,67. Os fornecedores entregaram as notas fiscais no prazo de pagamento, não sendo pagas dentro mês em decorrência de não poder ser paga antes do vencimento;

- d) O repasse para a execução das despesas foi realizado de acordo com a liquidação das mesmas, registradas na conta 29241.04.02 - Empenhos Liquidados à Pagar, sendo no final ou início do mês repassado o valor de acordo com o saldo na conta. Quando havia necessidade de um pagamento urgente, solicitávamos ao MCT, sendo atendidos. Não houve problemas com nossas metas fiscais, pois o sistema disponibilizava o recolhimento, mesmo não tendo financeiro;
- e) Continua pendente de pagamento, devido constar com pendência no SICAF, os fornecedores identificados na tabela 09.

Tabela 09– PENDÊNCIAS DE PAGAMENTO

Exercício	Fornecedor	CNPJ	Valor (R\$)
2004	Gusa Comércio	04801838000135	450,00
2005	Independência Comércio e Representações	05502203000108	716,00
2005	Aspectho Comercial Ltda Aspectho Comercial Ltda	63841886000116	2.542,00
Total			3.708,00

- f) Ficaram pendentes de pagamento na conta 292410405 - Empenhos Inscritos em Restos a Pagar no valor de R\$ 1.885.348,97; fornecedores que não apresentaram as notas fiscais de serviço pelo não cumprimento dos mesmos e as notas fiscais de consumo e permanente pela não entrega do material em tempo hábil;
- g) As receitas com Recursos Próprios arrecadadas pelo Museu no ano de 2008, somaram o valor de R\$ 327.436,61 (Trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos). Referem-se a valores apurados com a venda de ingressos no Parque, livros, Serviços de Hospedagem e Alimentação, Reprodução de Documentos, Restituições, Restituições de Convênio, Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores, Outras Receitas e Retificações.
- h) As receitas recebidas mediante convênios oriundos de convênios/contratos efetivados com fundações (Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP e Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA) em diversas fontes, cujos recursos no total de R\$ 17.614.030,83, captados de fontes externas através de projetos científicos, sociais, de impactos ambientais, infraestrutura e outros, sendo que desse total, foram aplicados em 2008, R\$ 8.563.222,47, conforme demonstram as tabelas 10. A tabela 11 demonstra as parcerias firmadas com a FADESP e a tabela 12 as firmadas com a FIDESA.

**Tabela 10 – RESUMO DE CONVÊNIOS E/OU CONTRATOS COM FUNDAÇÕES
(FADESP/FIDESA)**

CONVÊNIOS	RECEITAS CAPTADAS ATÉ 2008	VALOR UTILIZADO EM 2008
FADESP	11.414.730,76	3.160.183,26
FIDESA	6.199.300,07	5.403.039,21
TOTAL	17.614.030,83	8.563.222,47

Tabela 11 – FUNDAÇÃO DE AMPARO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FADESP)

Parceiros/Instrumento/Projeto	Coordenador	Receitas Captadas até 2008	Valor Utilizado em 2008
MCT/PPBIO/MPEG – Contrato 1175			
Apoio a execução do Projeto “Rede de Inventários da Biota e Coleções Biológicas”.	João Ubiratan (Ate 09/09)	516.412,05	413.375,25
CONV. CI-BRASIL/MCT/MPEG – Convênio 1214			
Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas da Estação Científica Ferreira Penna, Melgaço, PA.	Simone Martins ECFPn	422.870,35	385.808,29
SECTAM/FUNTEC/MPEG – Convênio 1280			
Aproveitamento econômico dos resíduos de madeira como alternativa p/minimizar os Problemas sócio-ambientais no Estado do Pará – Ano III.	Dirce Kern CCTE	8.147,32	8.147,32
FINEP/FNDCT – Convênio 1490			
Reconstrução e ampliação do Pavilhão de Exposição Eduardo Galvão.	Ima Célia Vieira	2.429.325,21	57.994,50
MCT/FINEP/MPEG – Convênio 1675			
Infra-estrutura de Pesquisa.	Ima Vieira	1.239.039,37	68.224,11
MJ/FDD/MPEG – Contrato 1704			
Apoio ao projeto de Recuperação e Conservação do Patrimônio Natural.	Pedro Lisboa	72.435,37	71.727,78
MCT/FINEP/MPEG – Convênio 1707			
Núcleo de Proteção ao Conhecimento, Inovação.	Ima Vieira	124.315,93	35.279,67
MCT/FINEP/MPEG – Convênio 1720			
Violência Amazônia Oriental	Roberto Araújo	213.306,35	83.994,44
PETROBRAS/MPEG – Convênio 1721			
Reforma de coleções científicas.	Ma. Emília Sales	491.108,16	356.209,31
MCT/FINEP/FNDCT/CT-INFRA/MPEG – Convênio 1758			
Apoio a Infra-estrutura do MPEG.	Ima Vieira	2.483.662,80	909.839,38
MCT/MPEG – Contrato 1759			
Apoio a execução do Projeto Gestão e Promoção da Integração da Rede GEOMA.	Ima Vieira	374.272,46	154.411,77
MPEG – Convênio 1792			
Projeto Integrado MCT-Embrapa (PIME).	Ana Luisa Kerti	2.547.217,25	607.321,62
FINEP/FNDCT/CT INFRA/MPEG – Convênio 1989			
Recuperação e ampliação da infra-estrutura predial dos acervos arqueológico e bibliográfico.	Nelson Sanjad	440.911,09	619,82

CONSERVATION INTERNATIONAL – CI - BRASIL/MCT/MPEG/FADESP – Convênio 2225			
Melhoria de Infra-estrutura do MPEG, para dar um melhor suporte ao desenvolvimento do Projeto Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas da ECFPn, Melgaço-PA.	Eliane Constantino Leal	51.707,05	7.230,00
Subtotal		11.414.730,76	3.160.183,26

Tabela 12 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (FIDESA)

Parceiros/Instrumento/Projeto	Coordenador	Receitas Captadas até 2008	Valor Utilizado em 2008
OMNIA/MPEG/FIDESA			
Monitoramento do Programa Ambiental do Meio Biótico da Mineração ALCOA, município de Juruti, estado do Pará.	Rafael Salomão (Até maio/09)	1.447.681,40	1.447.506,96
OMNIA/MPEG/FIDESA (Terceiro Termo Aditivo ao Convênio original)			
Conservação e Viabilidade de Pau Rosa, Pau Cravo, Castanheira e Monitoramento de bandos mistos de aves em Juruti.	Rafael Salomão (Até maio/09)	202.741,67	173.184,62
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Contrato de Doação			
Preservação e Divulgação da Coleção Fotográfica do MPEG.	Nelson Sanjad (Até out/08)	73.833,80	73.288,85
CAMARGO CORREA/ANDRADE GUTIERRES S.A/NORBERTO ODEBRECH S.A/MPEG/FIDESA – Convênio			
Descrição e análise da fauna e flora do médio e baixo Rio Xingu, PA.	Leandro Valle (Até jun/08)	1.588.049,67	1.584.020,36
CVRD/MPEG/FIDESA Convênio			
Conhecer e Preservar: uma proposta para valorização do Patrimônio Ambiental e Cultural da Amazônia.	Luiz Videira (Até jun/2011)	461.636,39	308.922,24
Prospecção arqueológica – Levantamento na área do Projeto Bauxita de Paragominas/PA – Ano II.	Paulo Canto (Até dez/08)	72.727,80	72.727,80
Educação Patrimonial na área do Projeto Bauxita de Paragominas/PA – Ano II.	Zenaide Paiva (Até dez/08)	75.242,07	75.242,07
Revitalização do Parque Zoobotânico do MPEG.	Nelson Sanjad (Até maio/08)	320.506,94	248.260,14
ELETRONORTE/MPEG/FIDESA Convênio			
Avaliação e monitoramento da avifauna na área do reservatório de Tucuruí, PA.	Luiza Magalli Henriques (Jun/08)	11.126,33	11.126,33
INSTITUTO C & A/MPEG/FIDESA -			
Clube do Pesquisador Mirim.	Luiz Videira (Até fev/08)	57.078,74	55.483,63
MINERAÇÃO RIO NORTE/MPEG/FIDESA Convênio			
Educação Ambiental e Patrimonial na área de Porto Trombetas/PA	Luiz Videira (Até jun/08)	340.909,64	140.654,14
Reforma do Aquário para a Inserção na Comemoração dos 142 anos do MPEG.	Nilson Gabas J (Até dez/08)	154.347,90	93.699,63
Salvamento arqueológico na área do Porto Trombetas/PA – Ano II.	Vera Guapinaia (Até fev/08)	51.906,26	51.906,26

Salvamento arqueológico na área do Porto Trombetas/PA – Ano III	Vera Guapinaia (Até fev/09)	275.468,14	159.687,82
Monitoramento de anfíbios e répteis em Porto Trombetas, PA – Ano IV.	Ulisses Gallati (Até mar/08)	23.133,55	23.133,55
Monitoramento de anfíbios e répteis em Porto Trombetas, PA – Ano V.	Ulisses Gallati (Até fev/09)	58.685,75	49.513,24
SALOBO METAIS/MPEG/FIDESA – Convênio			
Programa de Educação patrimonial na área do Projeto SALOBO/PA.	Janice Lima (Até maio/08)	318.849,58	262.609,69
Prospecção Arqueológica na área de Linha de Transmissão SALOBO/PA.	Maura Imázio (Jan/08)	102.439,24	102.173,24
Salvamento Arqueológico na área do Projeto SALOBO/PA – Ano IV.	Maura Imazio (Até jun/08)	557.844,89	467.961,52
SOAS			
Documentação de Línguas urgentemente ameaçada de extinção TUPI (Brasil).	Dennis Moore (Até 2009)	5.090,31	1.937,12
Subtotal		6.199.300,07	5.403.039,21

2.3. Programas e Ações do Plano Plurianual (PPA)

O Museu Paraense Emílio Goeldi atua em nível de Ações. Os programas são gerenciados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Por sua vez, as ações do PPA se organizam em Planos Internos (PI) para fins de acompanhamento pelo Sistema de Gerenciamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (SIGMCT), conforme demonstra a tabela 13..

Tabela 13 – Programas e Ações do Plano Plurianual (PPA)

PROGRAMAÇÃO 2008		
CÓDIGO	PROGRAMAÇÃO	UNIDADE
0461	PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
Objetivo: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.		
4125	Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi	3.155.077,85 (F. 100)
		450.000,00 (F. 150)
		162.940,00 (F. 350)
Finalidade: Realizar pesquisa fundamental aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico em ciências sociais e naturais.		
Descrição: Apoio a projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento para atender demandas específicas nas áreas de botânica, ciências humanas, ecologia e zoologia. Manutenção de três bases físicas do Museu: Parque Zoobotânico, Campus de Pesquisa e Estação Científica Ferreira Pena, onde se desenvolve pesquisa e atividades de comunicação e gestão. Viabilização de treinamento e capacitação de recursos humanos no MPEG.		
Plano Interno		
PI41250010005	INCREMENTO ACERVOS CIENT. MPEG	
Objetivo: Incremento e preservação dos acervos do MPEG, que são bases de pesquisa de gestão de ecossistemas.		
	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:
	428.270,80	346.674,83

Plano Interno		
PI 41250010006 PROG. PESQ. GEST/USO SUST. ECO. AMAZON		
Objetivo: Desenvolver e utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e sua biodiversidade.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:
	(F. 100) 463.200,00	(F. 100) 340.236,25
	(F. 150) 450.000,00	(F. 150) 267.615,43
Plano Interno		
PI 41250010007 DIVULG/INFO/CONH CTI AMAZ. NO MPEG		
Objetivo: Divulgação dos resultados de pesquisa sobre a Amazônia.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:
	1.613.607,05	1.269.123,34
Plano Interno		
PI 41250010008 PROG. PÓS-GRAD. DE RH NA AMAZÔNIA		
Objetivos: Investir na formação de recursos humanos especializados para a Amazônia.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:
	650.000,00	641.235,02
Plano Interno		
PI 41250010009 Pesquisa e Desenvolvimento		
Objetivos: O Plano Interno foi cadastrado pelo MCT, tendo em vista que o MPEG estava com o financeiro maior do que o orçamentário na Ação 4125, então o MCT ampliou o orçamento da fonte 350 - Recursos Próprios. Neste PI serão executadas as despesas já programadas na Ação 4125.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:
	(F. 350) 162.940,00	(F. 350) 84.160,00
Recursos Recebidos:	Recursos Aplicados:	Recursos Não Utilizados:
(F. 100) 3.155.077,85	2.597.269,44	557.808,41
(F. 150) 450.000,00	267.615,43	182.384,57
(F. 350) 162.940,00	84.160,00	78.780,00

PROGRAMAÇÃO 2008

CÓDIGO	PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	
Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.		
2000	Administração da Unidade	4.196.619,91

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Plano Interno			
PI 20000001086		MANUT. DA INF. ESTRUT.CAMPUS PESQ.MPEG	
Plano Interno			
Objetivo: Apoio à gestão e infraestrutura do Campus de Pesquisa do MPEG.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:	
	1.491.688,15	1.490.144,27	
Plano Interno			
PI 20000001087		MANUT. DA INFRA-ESTRUT. PARQUE MPEG	
Plano Interno			
Objetivo: Apoio à gestão e infraestrutura do Parque Zoobotânico do MPEG.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:	
	2.058.406,47	2.054.589,06	
Plano Interno			
PI 20000001088		MANUT. DA INFRA-ESTRUT. EST.CIENT.MPEG	
Plano Interno			
Objetivo: Apoio à gestão e infraestrutura da Estação Científica Ferreira Penna do MPEG.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:	
	646.525,29	643.259,10	
Plano Interno			
PI 20000001089		CAPACITACAO DE RH PARA AREA DE GESTAO	
Plano Interno			
Objetivo: Implementar um Programa de Gestão de Pessoas.	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:	
	Não computado	Não computado	
Plano Interno			
PI 20000001090		GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MPEG	
Plano Interno			
Objetivo: Apoio a Gestão Administrativa do MPEG	Valor Recebido:	Valor Aplicado no Ano:	
	Não computado	Não computado	

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1 - **Evolução de gastos gerais** – Os gastos efetuados no exercício tiveram a evolução demonstrada na tabela 14.

Tabela 14 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	99.117,69	50.206,19	148.046,34
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	86.843,66	25.142,69	89.355,42
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2.987.577,41	3.385.726,46	4.019.746,30
3.1. Publicidade	39.146,31	56.181,76	101.178,32
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação			

3.2.1. Vigilância	570.167,80	639.685,22	838.496,76
3.2.2. Limpeza e Conservação	899.954,56	1.080.877,20	1.095.974,60
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações			
3.4.1. Apoio.Adm, Tec. Operacional	1.472.468,74	1.608.362,28	1.984.096,62
3.5. Suprimento de fundos	5.840,00	620,00	
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	52.752,18	43.377,76	5.380,13
TOTAIS	3.226.290,94	3.504.453,10	4.262.528,19

O Item 3.5 – Suprimento de Fundos/2006, refere-se ao projeto PROBIO-MARAJÓ-FR.5142001193, em favor dos Servidores: Samuel Soares de Almeida R\$ 3.300,00 e Cláudio Bianor Maia Fernandes R\$ 2.700,00. Foi devolvido através de GRU, o valor R\$ 160,00, ficando R\$ 2.540,00, para atender despesas de campo. Período de aplicação 19/09 a 10/10/06 e prestação de contas em 10/11/06. Foi aprovada a Prestação de Contas final do Sr. Samuel Soares de Almeida em 30/03/2007, após ter sido recolhido através de DARF, o valor de R\$ 1.300,00, utilizado indevidamente em rubricas diferente do objetivo solicitado, como também a Prestação de Constas do Sr. Cláudio B. Fernandes no dia 29/03/2007. Temos a acrescentar que o Convênio 514891001, encontra-se Aprovado conforme parecer C195/04 de 17/05/2007.

O valor correspondente a R\$ 620,00, foi liberado em favor da servidora Rosa de Nazaré Paes da Silva, sendo o valor de R\$180,00, em 18/07/2007, para compra de Passagens Fluviais. Foi efetuada a prestação de contas no dia 27/07/2007. Foi liberado também para o Raimundo Mário Gomes da Cruz, o valor de R\$ 440,00, para aquisição de Passagens Fluviais, no dia 19/12/2007. Foi efetuada a prestação de contas em 31/12/2007, e não foi dado à baixa na Rubrica.

2.4.2 - Quadro de Acompanhamento de Desempenho

Realizado					Total 2008		Variação			
Indicadores		Peso	1º Sem	2º Sem	Pactua do	Realiza do	(%)	Nota	Ponto s	
Físicos e Operacionais	Unidad e	A	B	C	D	E	F	G	H=A *G	Obs
1. IPUB – Índice de Publicações*	Pub/téc	2	0,2	0,1	0,3	0,3	100			
2. IG PUB - Índice Geral de Publicações	Pub/téc	3	1,2	1,4	2,5	2,6	104			
3. PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Nº	2	33	33	33	43	100			
4. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Nº	3	126	140	130	140	108			
5. PPBD – Projeto de Pesquisa Básica Desenvolvidos	Nº/téc	3	106	117	100	117	117			
6. IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas	Nº /téc	2	1,1	0,5	1	1,6	160			
7. IPD - Índice de Pós-Doc	%	1	3	4	4	4	100			
8. IEVIC - Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica	Nº/téc	2	2,5	3	2,7	3	111			
9. ETCO – Número de Eventos Técnico Científicos Organizados	Nº	3	76	58	200	134	67			
10. MDC – Número de Materiais Didático Científicos Produzidos	Nº	3	75	60	110	135	123			
11. ICE - Índice de Comunicação e Extensão	Nº /téc	3	1,2	1,4	1,8	2,6	144			
12. IMCC - Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas	%	3	1,3	1,9	2	3,2	160			
13. IEIC - Índice de Espécimes Incorporadas, Identif. às Coleções	%	1	1	1	2	2	100			
Adm. Financeiros										
14. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	2	4	29	15	29	193			
15. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	%	1	87	13	20	13	65			
16. IEO – Índice de Execução Orçamentária	%	2	32	84	95	84	95			

Recursos Humanos										
17. ICT – Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento	%	2	0,8	1	2	1,8	90			
18. PRB – Participação Relativa de Bolsistas	%	-	24	28	35	28	80			
19. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	40	41	50	41	82			
Inclusão Social										
20. IIS – Índice de Inclusão Social	Nº/téc	2	107	122	210	229	109			
Totais (Pesos e Pontos)										
Nota Global (Total de Pontos / Total de Pesos)										

O Quadro acima espelha os resultados dos indicadores de desempenho, alcançados pela instituição, frente ao compromisso assumido no Termo de Compromisso de Gestão (SCUP/MCT) no ano de 2008, no cumprimento de sua missão na região amazônica, com excelência científica e tecnológica em sua área de atuação.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

INDICADORES FÍSICOS E OPERACIONAIS

1. IPUB - *Índice de Publicações*

IPUB = Número de artigos completos efetivamente publicados em periódicos, com ISSN, indexados no SCI (Science Citation Index), no ano (NPSCI) /pelo somatório dos técnicos de nível superior, vinculados diretamente a pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG (TNSE).

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
NPSCI	17	16	33
TNSE	93	94	94
IPUB	0,2	0,1	0,3
(resultados)			
Previsões	0,1	0,2	0,3

2. IGPUB - *Índice Geral de Publicações*

IGPUB = N° de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados + N° de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional + N° de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional + N° de capítulo de livros, no ano (NGPB) / pelo \sum dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) (TNSE).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NGPB	117	130	247
TNSE	93	94	94
IGPUB	1,2	1,4	2,6
(resultados)			
Previsões	1	1,5	2,5

3. PPACI - *Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional*

PPACI = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano (NPPACI).

Variável	1º. semestre	2º. Semestre	Anual
NPPACI	34	43	43
PPACI	34	43	43
(resultados)			
Previsões	33	33	33

4. PPACN - *Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional*

PPACN = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano (NPPACN).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NPPACN	126	140	140

PPACN (resultados)	126	140	140
Previsões	125	130	130

5. PPBD - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

PPBD = Número total de projetos desenvolvidos no ano (PROJ) / Σ dos técnicos de nível superior vinculados a atividades de pesquisas científicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas) (TNSEp) *100

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
PROJ	99	110	110
TNSEp *100	93	94	94
PPBD (resultados)	106	117	117
Previsões	95	100	100

6. IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas

IODT = No. de Teses de doutorado defendidas *3 (NTD) + No. de Dissertações de Mestrado defendidas *2 (NDM) + No. de Monografias de Especialização defendidas *1 (NME) / Total de doutores habilitados a orientar na UP/MCT ou em outras instituições (TNSEo).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NTD*3+NDM*2+NME*1	(9 + 52)	(3 + 20)	84
TNSEo	52	52	52
IODT (resultados)	1,1	0,4	1,5
Previsões	0,5	0,5	1

7. PD - Número de Pós-Doc

PD = Número de pós-doutorandos no ano (NPD)

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NPD	3	4	4
PD (resultados)	3	4	4
Previsões	3	4	4

8. IEVIC - Índice de Estudantes de Vocação e Iniciação Científica

IEVIC = Número de estudantes de vocação e iniciação científica registrados no setor de capacitação do Instituto (NE) / Σ dos técnicos de nível superior, vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas, menos bolsista) (TNSE-B).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NE	210	228	228
TNSE-B	83	75	75
IEVIC (resultados)	2,5	3	3
Previsões	2,5	2,7	2,7

9. ETCO - Eventos Técnico-Científicos Organizados

ETCO = (No. de congressos * 3) + (No. de cursos, seminários, oficinas e treinamentos * P) + (No. de palestras * 1)

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
NE	83	33	134
ETCO	83	33	134
(resultados)			
Previsões	80	120	200

(*) Carga horária: até 20 horas: Peso 1; de 20 a 40 horas: Peso 2 acima de 40 horas: Peso 3

10. MDC - Número de Materiais Didático Científicos Organizados

IPMDC = (no. de periódicos (boletins e revistas) e livros publicados x 3); somado ao (no. de materiais didáticos/especiais (cartilhas, kits, jogos, álbuns para colorir, guias, etc. produzidos); somado ao (no. de multimídia (CD ROM's e Vídeos) editados x 2).

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
IPMDC	75	60	135
MDC	75	60	135
(resultados)			
Previsões	50	60	110

11. ICE - Índice de Comunicação e Extensão

ICE = (no. de projetos de educação em ciência, ambiental, patrimonial e de extensão registrados na CPA (NPE) + (no. de exposições permanentes, temporárias e itinerantes (NE) + no. de comunicação externa, somado ao número de matérias produzidas e publicadas; e ao número de textos inseridos no site institucional, multiplicado por 0,1) (NCE) + (no. de comunicação interna: composto pelo número de edições de notícias internas, multiplicado por 0,1. / pelo no. de funcionários, bolsistas e cedidos vinculados diretamente à Comunicação e Extensão (FBC).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NPE+NE+NCE+NCI	101,9	135,6	237,5
FBC	84	97	97
ICE (resultados)	1,2	1,4	2,6
Previsões	0,8	1	1,8

12. IMCC - Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas do MPEG

IMCC = Σ do no. de espécimens registrados para cada coleção (número de espécimens de cada coleção) (NECC) / no. total de coleções científicas da UP (NTCC) * 100.

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NECC	0,078	0,116	0,194
NTCC	6	6	6
IMCC	1,3	1,9	3,2
(resultados)			
Previsões	1,2	0,8	2

13. IEIC - Índice de Espécimens Incorporadas e Identificadas as Coleções

IEIC = No. de exemplares incorporados e identificados (EI) / No. total de exemplares incorporados (NTEI).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
EI	12.892	17.058	29.950
NTEI	12.892	17.058	29.950
IEIC	1	1	2
(resultados)			
Previsões	1	1	2

* Exceto as coleções de ciências humanas e ciências da terra, coleções recebidas de terceiros.

INDICADORES ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

14. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

APD = \sum das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano (DM) / soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150 (OCC) efetivamente empenhadas e liquidadas no período * 100.

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
DM	2.609.776,63	5.932.508,27	5.932.508,27
OCC	2.716.180,80	8.292.049,50	8.292.049,50
APD	4	29	29
(resultados)			
Previsões	5	15	15

15. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC

RRP = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa) (RPT) / soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250 (OCC) efetivamente empenhadas e liquidadas no período * 100.

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
RPT	5.090.827,60	9.359.331,83	9.359.331,83
OCC	2.716.180,80	8.292.049,50	8.292.049,40
RRP	87	13	13
(resultados)			
Previsões	12	20	20

16. IEO - Índice de Execução Orçamentária

IEO = \sum dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE) / pelo limite de empenho autorizado (OCCe) * 100.

Variável	1º. Semestre	2º. semestre	Anual
VOE	2.716.180,80	8.292.049,50	8.292.049,50
OCCe	8.344.000,00	9.817.367,12	9.817.367,12
IEO	32	84	84
(resultados)			

Previsões	45	44	88
-----------	----	----	----

INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

17. ICT - Índice de Investimentos em Capacitação e Treinamento

ICT = Recursos financeiros (*próprios ou via fundações*) aplicados em capacitação e treinamento no ano (ACT) / A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250 (OCC) efetivamente empenhadas e liquidadas no período * 100.

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
ACT	19.042,53	53.147,91	72.190,44
OCC	2.716.180,80	5.575.868,70	8.292.049,50
ICT (resultados)	0,7	1	1,7
Previsões	1	1	2

18. PRB - Participação Relativa de Bolsistas

PRB = \sum dos Bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano (NTB) / N° Total de Servidores em todas as carreiras no ano (NTS) * 100.

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NTB	79	98	98
NTB + NTS	(79 + 255)	(98 + 253)	350
PRB (resultados)	24	28	28
Previsões	35	35	35

19. PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

PRPT = \sum do pessoal terceirizado no ano (NPT) / N° Total de Servidores em todas as carreiras no ano (NTS) * 100.

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
NPT	174	174	174
NPT + NTS	(174 + 255)	(174 + 253)	(174 + 253)
PRPT	40	41	41
Previsões	50	50	50

INDICADOR DE INCLUSÃO SOCIAL

20. IIS - Índice de Inclusão Social

IIS = No. de pessoas atendidas em atividades de extensão voltado para as comunidades (PAAVC *3) + No. de pessoas atendidas em projetos de pesquisa com algum componente voltado para as comunidades (PAPVC *1) / No. de professores/pesquisadores diretamente envolvidos no projeto (NPDEP).

Variável	1º. semestre	2º. semestre	Anual
PAAVC * 3 + PAPVC * 1	(4.841 x 3 = 14.523)	(6.027 x 2 = 8.081)	32.604
NPDEP	135	148	283

IIS (resultados)	107	122	229
Previsões	100	110	210

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro II.A.1 – Reconhecimento de Passivos (Valores lançados na Conta Contábil 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos do Siafi)

UG	Credor		Inscrição (Saldo Inicial)		Movimento Devedor		Movimento Credor		Saldo Final em 31/12/n
	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	
		NADA CONSTA							

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro II.A.2 - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2004	724.999,92	25.216,53	699.333,39	450,00	252.749,90	113.791,76	133.906,46	5.051,68
2005	65.572,63	5.051,68	57.262,95	3.258,00	614.514,77	11.785,93	602.728,84	
2006	119.908,86		119.908,86		1.720.440,67	28.250,43	1.610.840,74	81.349,50
2007	263.484,22		263.174,22	310,00	1.368.161,61	78.129,17	1.087.191,67	202.840,77
2008	634.438,67		448.638,86	185.799,81	2.071.149,75	17.039,99	44.379,91	2.009.729,85
Total	1.808.404,62	30.268,21	1.588.318,28	189.817,81	6.027.016,70	248.997,28	3.479.047,62	2.298.971,80

Continua pendente de pagamento, pela irregularidade junto ao SICAF o fornecedor Gusa Comércio, referente exercício de 2004 no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Também, encontra-se pendente, desde 2005, o pagamento aos fornecedores Independência Comércio e Representações, no valor de R\$ 716,00 (setecentos e dezesseis reais) e Aspectho Comercial Ltda., no valor de R\$2.542,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais), por apresentarem irregularidades junto ao SICAF. Referidas empresas foram notificadas por inúmeras vezes. Com relação ao exercício de 2007, consta pendência de pagamento junto ao fornecedor Pronto Comércio e Serviços Ltda, por encontrar-se impossibilitado de receber o valor de sua fatura em decorrência de ausência de errata para correção de valor unitário de item constante na nota fiscal.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

(Item 5 do conteúdo geral do Anexo II da DN TCU 93208. Quadro II. A.3)

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
Termo de Compromisso de Gestão celebrado entre o MCT/SE PED e MPEG (2)	240101/00001	Instrumento original assinado em 2004 Instrumento assinado em 28.09.2006	Implementação do Programa de pesquisa em Biodiversidade (PPBio) no período 2004/2009 Coord. João Ubiratan	Não consta	97.468,00	Rec. Repassados até 2008: 97.468,00 Rec. Aplicados em 2008: 65.508,00	Equipe técnica e científica	MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto vigente de 2004 até 2009. Apoio a Rede de Inventários da BIOTA Amazônica, quanto a infraestrutura para pesquisa, realização de expedições científicas, expansão do acervo científico. Inexistência de sindicância.
Convênio entre o FNMA/MPEG	443022/00001	Convênio MMA/FNMA nº 026/2003 Quarto Termo Aditivo assinado em 31/05/2007. Quinto Termo aditivo para a	Execução do projeto Gestão e manejo comunitário de recursos pesqueiros na Floresta Nacional de Caxiuanã (PA)	27/06/2007	67.160,36	Os recursos abaixo foram devolvidos, ao FNMA, em virtude de não utilização: 67.160,36	239.390,00 (Pessoal e bens e serviços economicamente mensuráveis)	MPEG CNPJ: 04108782/0001-3	Convênio celebrado em 2003. Prazo de vigência prorrogado. Atraso na liberação dos recursos. Dificuldades na execução do cronograma em conformidade com o programado. As atividades do projeto previstas para o exercício de 2008, não puderam ser executadas devido a liberação tardia

		continuidade do projeto em 2009							dos recursos pelo FNMA. Inexistência de sindicância ou TCE.
Contrato de apoio a Pesquisa entre o MPEG e a FADESP No. 1175	240125/00001	Contrato original assinado em 22.09.2004. 5º Termo aditivo assinado em 22/09/08	Apoio à Implementação e Gerenciamento do Programa de pesquisa em biodiversidade (PPBio) no período 2007/2008 Coord. João Ubiratan	Publicação solicitada. Não consta no processo	2.249.600,09	Rec. Repassados até 2008: 516.412,05 Rec. Aplicados em 2008: 413.375,25	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Objetivos e metas plenamente alcançados. Realização de expedições científicas, expansão do acervo científico, projetos temáticos em andamento. Relatório técnico elaborado pelo coordenador do projeto. Prestação de contas elaborada pela FADESP e encaminhada ao MPEG. Inexistência de sindicância.
Convênio de cooperação técnica científica entre a CI-BRASIL/MCT/MP EG/FADESP No. 1214	Não há. Os recursos foram liberados pela CI-Brasil à FADESP	O instrumento original foi celebrado em 15.01.2003. Nono Termo Aditivo assinado em 30.05.2007 11º Termo Aditivo: assinado em 30.06.08	Execução do Projeto Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas da Estação Científica Ferreira Penna, Melgaço, PA. Coord. Eliane Leal	28.06.2007	1.001.882,00	Rec. Repassados até 2008: 422.870,35 Rec. Aplicados em 2008: 385.808,29	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-3	O prazo de vigência foi prorrogado até Maio/2009. Objetivos e metas programadas para cada etapa do projeto executadas a contento Protocolos de pesquisa executados através de inúmeras expedições científicas a Caxiuanã. Formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação; publicações científicas nacionais e internacionais.

									Relatório técnico elaborado pelo coordenador do projeto e encaminhado a CI. Prestação de contas elaborada pela FADESP e encaminhada a CI. Etapas do projeto, ainda em andamento. Inexistência de sindicância.
Convênio entre SECTAM / FUNTEC / MPEG / FADESP	Não há. Os recursos foram liberados diretamente da SECTAM / FUNTEC para a FADESP	O convenio original foi celebrado em 30.12.2004. Terceiro Termo Aditivo assinado em 11.12.2007.	Aproveitamento econômico dos resíduos de madeira como alternativa p/minimizar os Problemas sócio-ambientais no Estado do Pará – Ano III. Coord. Dirce Kern	28.01.2008	24.249,00	Rec. Repassados até 2008: 8.147,32 Rec. Aplicados em 2008: 8.147,32	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-3	O prazo de vigência foi prorrogado por três vezes, sendo a última em 30/06/2008. Objetivos e metas alcançados nos anos 2005 até 2008. Relatórios parciais elaborados pelo coordenador do projeto e encaminhados a SECTAM. Prestação de contas elaborada pela FADESP. Inexistência de sindicância.
Convênio entre FINEP / FNDCT / MPEG / FADESP No. 1490	Não há. Os recursos são provenientes da FINEP liberados diretamente para a FADESP	Convênio nº 01.05.0971.00 celebrado em 21.12.2005	Execução do projeto de Reconstrução e ampliação do Pavilhão de Exposição Eduardo Galvão Coord. Ima Vieira	23.12.2005	1.980.000,00	Rec. Repassados até 2008: 2.429.325,21 Rec. Aplicados em 2008: 57.994,50	226.411,00 (não financeiros)	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Prazo de vigência prorrogado. Recursos internalizados na FADESP. Projeto não iniciado devido a complexidade e necessidade de se cumprir vários pre-requisitos de melhoria da infra-estrutura do Parque Zoológico antes da implementação do mesmo. Solicitada a utilização dos rendimentos do projeto para a

									contratação integral da obra. Inexistência de sindicâncias
Contrato de apoio técnico entre o MCT/MP EG/UFPA/ FADESP No. 1653		Contrato original assinado em 2007	Execução do Projeto Central Ciência – Implantação e implementação da Rede Ciência para Cidadania do CVT Coord. Waldinete Costa		3.825.000,00	Rec. Repassados até 2008: 3.522.653,58 Res. Aplicados em 2008: 468.672,75	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em andamento. Inexistência de sindicâncias
Convênio MCT/FINEP/MPEG/ FADESP No. 1675	Não há. Os recursos são provenientes da FINEP liberados diretamente para a FADESP	Convênio nº 01.06.0530.00 celebrado em 04/09/2006	Execução do Projeto Modernização e Ampliação da Infra-estrutura para Pesquisa e Pós-Graduação no Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. Coord. Ima Vieira	08.09.2006	1.182.957,00		Equipe técnica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em andamento até Set/2009. Adquiridos equipamentos nacionais e importados. Licitadas obras e instalações nos laboratórios científicos do Campus de Pesquisa e em Caxiuanã. Relatório técnico parcial elaborado pelo coordenador do projeto e encaminhado a FINEP. Relatório financeiro parcial elaborado pela FADESP e encaminhado a FINEP. Inexistência de sindicância.
Convênio	200401/000	Convênio	Execução do		178.500,00	Parte dos	76.716,00		Prazo de vigência do

entre o MJ/CFD D/ MPEG	01	original celebrado em 22.09.2005	projeto Recuperação e Conservação do Patrimônio Natural Indispensável à Subsistência de Populações Ribeirinhas da Área Metropolitana de Belém, PA, Amazônia, Brasil, Coord. Pedro Lisboa	23.11.2005		recursos (143.000,00) foi repassado a FADESP por meio de contrato celebrado em 25.09.2006	(não financeiros) Equipe técnica e científica		convênio prorrogado. Projeto em execução. Recursos de Capital executados pelo MPEG. Recursos de custeio transferidos para a FADESP. Realizada a etapa de campo. Em fase de elaboração um livro e uma cartilha contendo os resultados do projeto, a serem publicados em 2009. Relatório financeiro parcial da rubrica Capital elaborado pelo Museu e encaminhado ao financiador. Relatório parcial elaborado pelo coordenador do projeto e encaminhado ao financiador. Inexistência de sindicância.
Contrato de apoio a projeto celebrado entre o MPEG e FADESP No. 1704	200401/000 01	Contrato original celebrado em 25.09.2006	Execução do projeto Recuperação e Conservação do Patrimônio Natural Indispensável à Subsistência de Populações Ribeirinhas da Área Metropolitana de Belém, PA, Amazônia,	23.11.2005 23.10.2006	178.500,00 143.000,00	Dos recursos 33.500,00 (Capital) foram gerenciados pelo Museu. E 143.000,00 repassados em 2006, para ser gerenciado	76.716,00 (não financeiros) Equipe técnica e científica	Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38 Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59	Prazo de vigência prorrogado. Realizada a etapa de campo. Em fase de elaboração um livro e uma cartilha contendo os resultados do projeto, a serem publicados no final deste ano, daí a necessidade de prorrogação do convênio. Inexistência de sindicância.

			Brasil Coord. Pedro Lisboa			pela FADESP por meio de contrato celebrado em 25.09.2006 Rec. Repassados até 2008: 72.435,37 Rec. Aplicados em 2008: 71.727,78			
Convênio entre o MCT/FIN EP/MPEG/FADESP No. 1707	Não há. Os recursos foram liberados pela FINEP direto para a FADESP	Convênio nº 01.06.0871.00 celebrado em 17.11.2006	Execução do projeto Núcleo de proteção ao conhecimento, inovação e transferência de tecnologia - Escritório de negócios. Coord. Ima Vieira	08.12.2006	165.205,00	Rec. Repassados até 2008: 124.315,93 Rec. Aplicados em 2008: 35.279,67	87.713,92 (não financeiros)	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em execução. Alguns objetivos como treinamento e vinda de especialistas alcançados. Em fase de elaboração o portfolio de produtos MPEG. Reelaborado o site do Nucleo de Inovação e Transferência de Tecnologia. Aguardando aprovação da Política de Inovação do MPEG. Relatório parcial elaborado pelo coordenador do projeto e encaminhado ao financiador. Inexistência de sindicância.
Convênio entre o MCT/FIN EP/MPEG/G/	Não há. Os recursos foram liberados pela FINEP	Convênio nº 01.06.0820.00 celebrado em 29.11.2006	Execução do projeto Violência, espaço público e dependência	30.11.2006	354.760,00	Rec. Repassados até 2008: 213.306,35 Rec.	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59	Projeto em andamento. Pesquisa de campo sendo realizada a contento. Relatório técnico parcial elaborado pelo coordenador

FADESP No. 1720	direto para a FADESP	Aditivo assinado em 21/10/08, prorrogando prazo para 29/07/09	social na Amazônia oriental Coord. Roberto Araújo			Aplicados em 2008: 83.994,44		Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	e encaminhado a FINEP. Inexistência de sindicância.
Convênio entre a PETROBRAS/MP EG/FADESP No. 1721	Não há. Os recursos foram liberados pela Petrobrás direto para a FADESP	Convênio nº 0050.0023462.06.4 assinado 16.11.2006 2º Termo Aditivo assinado em 09.11.08	Execução do Projeto intitulado Ampliação e Reforma de Coleções Científicas (Ictiologia e Mastozoologia) e de Laboratórios Temáticos (Microvertebrados, Palionologia e Paleocologia). Coord. Ma. Emília Sales	28.09.2006	435.338,80	Rec. Repassados até 2008: 491.108,16 Rec. Aplicados em 2008: 356.209,31	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Prazo de vigência prorrogado até 09/11/2009. Objetivos e metas do projeto alcançadas. Adquiridos armários deslizantes e demais infraestrutura para as coleções. Relatório técnico parcial elaborado pelo coordenador do projeto e encaminhado ao financiador. Relatório financeiro parcial elaborado pela FADESP e encaminhado ao financiador. Inexistência de sindicância.
Convênio entre MCT/FINEP/FNDCT/CT-INFRA/MPEG/FADESP No. 1758	Não há. Os recursos foram liberados pela FINEP/FNDCT direto para a FADESP	Convenio nº 01.07.0042.00 celebrado em 15.03.2007	Execução do projeto de Apoio a Infraestrutura do MPEG. Coord. Ima Vieira	20.03.2007	1.900.000,00	Rec. Repassados até 2008: 2.483.662,80 Rec. Aplicados em 2008: 909.839,38	Equipe técnica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG	Projeto em andamento. Upgrade da rede lógica em andamento e instalação dos Ativos da Rede Lógica; projeto de conclusão do complexo da pós-graduação em execução, anexo ao Auditório no Campus de Pesquisa; e o projeto de energia elétrica baixa tensão

								CNPJ: 04108782/ 0001-38	em processo de execução Inexistência de sindicância
Contrato de Apoio a Pesquisa entre o MPEG e a FADESP No. 1759	240125/00001-GEOMA	Contrato original assinado em 12.12.2006 Primeiro Termo Aditivo assinado em 06.12.2007 3º Termo Aditivo assinado em 12.12.06	Continuidade do contrato de apoio ao gerenciamento do projeto Gestão e Promoção da Integração da Rede Temática em Modelagem Ambiental – GEOMA Coord. Ima Vieira	12.12.2007	387.088,00	Rec. Repassados até 2008: 374.272,46 Rec. Aplicados em 2008: 154.411,77	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Objetivos e metas plenamente alcançados. Gestão da Rede realizada com sucesso. Realização de seminários nacionais para discussão e consolidação de dados das diversas áreas de atuação do Geoma. Vários relatórios foram encaminhados ao MCT e ao MMA, como contribuição do MPEG ao Plano Nacional de Combate ao Desmatamento da Amazônia. Relatório técnico elaborado pelo coordenador e encaminhado ao MCT. Prestação de contas elaborada pela FADESP. Inexistência de sindicância.
Convênio entre MCT/FINEP/EMB RAPA/ MPEG/ FADESP No. 1792	Não há. Os recursos foram liberados pela FINEP/FND CT direto para a FADESP	Convenio nº 01.07.0108.00 celebrado em 26.04.2007	Execução do projeto integrado MCT-EMBRAPA (PIME) Coord. Ana Luisa Albernaz	30.04.2007	2.386.211,10	Rec. Repassados até 2008: 2.547.217,25 Rec.	403.200,00 (não financeiro)	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ:	O projeto tem como principal objetivo avaliar a sustentabilidade social, econômica e ambiental do Distrito Florestal da BR-163, instituído por meio do Decreto Presidencial de 13/02/2006, promovendo a integração de competências desenvolvidas no âmbito de diferentes projetos. Essa

						Aplicados em 2008: 607.321,62		04108782/ 0001-38 EMBRAP A CNPJ:00.3 48.0003/01 21-01 INPE CNPJ:01.2 63.896/000 5-98	integração visa a geração de subsídios para as políticas públicas entre outras. Projeto em execução. Excursões a campo realizadas. Como o projeto está em andamento, as principais análises não foram concluídas. Continuação do projeto até abril de 2010. Inexistência de sindicância.
Convênio assinado entre a FINEP/ FNDCT/ MPEG/ FADESP No. 1989	Não há. Os recursos são repassados da FINEP/FNDCT direto para a FADESP	Instrumento celebrado em 2008, 30.11.07	Execução do projeto de Recuperação e ampliação da infraestrutura predial dos acervos arqueológico e bibliográfico. Coord. Nelson Sanjad		800.000,00	Rec. Repassados até 2008: 440.911,09 Rec. Aplicados em 2008: 619,32	Equipe técnica e científica	Financeiro: FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Em andamento. Destinados a reforma da coordenação de ciências humanas.
Convênio de cooperação técnica científica entre a	Não há. Os recursos foram liberados pela CI-Brasil à	O instrumento original foi celebrado em 15.01.2003. Nono Termo	Melhoria da infraestrutura do MPEG, para dar um melhor suporte		28.06.2007			Financeiro:	A vigência do projeto é até Maio/2009. Recursos oriundos do MCT/MPEG para melhoria da infraestrutura da ECFPn, para dar um melhor suporte

CI-BRASIL/ MCT/MP EG/ FADESP No. 2225	FADESP	Aditivo assinado em 30.05.2007	ao desenvolvimento do Projeto Ecologia, Avaliação e Monitoramento das Florestas da Estação Científica Ferreira Penna, Melgaço, PA. Coord. Eliane Constantino Leal		49.380,00	Rec. Repassados até 2008: 51.707,05 Rec. Aplicados em 2008: 49.360,00	Equipe técnica e científica	FADESP CNPJ: 05572870/0001-59 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	ao desenvolvimento do Projeto TEAM. Elaborado Plano de Trabalho para utilização dos recursos. Prestação de contas em elaboração pela FADESP Inexistência de sindicância.
Convênio entre MPEG/OMINIA MINÉRIOS S.A./FIDESA	Não há. Os recursos são repassados pela OMINIA/ALCOA á FIDESA	Convênio celebrado em 01.06.2007 5º TA: assinado em 02.02.09.	Execução do projeto de Monitoramento dos programas ambientais do meio biótico no município de Juruti/Pa. Coord. Rafael Salomão	04/07/2007	2.172.837,86	Rec. Repassados até 2008: 1.650.423,07 Rec. Aplicados em 2008: 1.620.691,58	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em execução até Maio/2009. Atividades sendo realizadas conforme programado. Inexistência de sindicância.
Convênio entre MPEG/MRN/FIDE	Não há. Os recursos são repassados pela MRN á	Convênio nº CT 2295/07 celebrado em 25.05.2007	Execução do projeto de Reforma do Aquário do	30/05/2007	150.000,00			Financeiro: FIDESA CNPJ:	Projeto encerrado em Dez/2008. Obras finalizadas conforme programado.

SA No. 2295/07	FIDESA	1º Termo Aditivo assinado em 01.04.08	Parque Zoobotânico do MPEG Coord. Nelson Sanjad			Rec. Repassados até 2008: 154.347,90 Rec. Aplicados em 2008: 93.699,63	Equipe técnica e científica	01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Em elaboração relatório técnico para encaminhamento a MRN. Inexistência de sindicância.
Convênio entre MPEG/S OAS/FIDESA	Não há. Os recursos são repassados pela SOAS á FIDESA	Convênio 2295/07 celebrado em 2007	Execução do projeto Documentação de Línguas urgentemente ameaçada de extinção TUPI (Brasil) Coord. Denny Moore		237.711,05	Rec. Repassados até 2008 5.090,31 Rec. Aplicados em 2008: 1.937,12	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em andamento até 2009. Estudar e documentar cinco línguas indígenas ameaçadas de extinção Elaborado relatório técnico e financeiro para encaminhamento a SOAS. Inexistência de sindicância.
Convênio entre a Mineração do Rio do Norte/ FIDESA/ MPEG No. 2071/03	Não há. Os recursos foram liberados pela MRN direto para a FIDESA	Convênio original celebrado em 15.07.2003 Terceiro Termo Aditivo assinado em 05.07.2005	Execução do projeto Monitoramento de anfíbios e répteis em Porto Trombetas, PA – Ano IV Coord. Ulisses Galatti	20.09.2005	52.001,06	Rec. Repassados até 2008: 23.133,55 Rec. Aplicados em 2008: 23.133,55	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Prazo de vigência prorrogado para os anos I, II, III e IV até Mar/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas encaminhada ao financiador. Relatório técnico elaborado pelo coordenador e encaminhado a MRN. Inexistência de sindicância.

Convênio entre a Mineração do Rio do Norte/ FIDESA/ MPEG No. 2071/03	Não há. Os recursos forma liberados pela MRN direto para a FIDESA	Convênio original celebrado em 15.07.2003 Quarto Termo Aditivo assinado em 20.07.2006 6º Termo Aditivo assinado em 29/04/08.	Execução do projeto Monitoramento de anfíbios e répteis em Porto Trombetas, PA – Ano V. Coord. Ulisses Galatti	15.08.2006	61.215,00	Rec. Repassados até 2008: 58.685,75 Rec. Aplicados em 2008: 49.513,24	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Prazo de vigência prorrogado até Fev/2009. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas em preparação pela Fidesa para ser encaminhada ao financiador. Relatório técnico em elaboração pelo coordenador. Inexistência de sindicância.
Convênio entre CVRD/MPEG/FIDESA No. 6053/03	Não há. Os recursos foram liberados direto da CVRD para FIDESA	Convênio original celebrado em 18.11.2003 Segundo Termo Aditivo assinado em 08.01.2007	Execução do projeto de Prospecção arqueológica e educação patrimonial na área do Projeto Bauxita de Paragominas/PA – Ano I Coord. Paulo Canto/Zenaide Paiva	31.01.2007	157.007,68 185.230,44	Rec. Repassados até 2008: 72.727,80 Rec. Aplicados em 2008: 72.727,80 Rec. Repassados até 2008: 75.242,07 Rec. Aplicados em 2008: 75.242,07	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto encerrado em Dez/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas e relatório técnico em elaboração para serem entregues a CVRD. Inexistência de sindicância
Convênio entre SALOBO		Convênio original celebrado em	Execução do projeto Salvamento	28.03.2007	477.461,08	Rec.		Financeiro: FIDESA CNPJ:	Prazo de vigência prorrogado até Fev/2009. Projeto em execução.

/PA./FID ESA/ MPEG	Não há. Os recursos foram liberados pela MRN/SAL OBO direto para a FIDESA	03.05.2004 Terceiro Termo Aditivo, assinado em 26.05.2007 4º Termo Aditivo, assinado em 29/05/08.	Arqueológico na área do Projeto SALOBO/PA- Ano IV Coord. Maura Imázio			Repassados até 2008: 557.844,89 Rec. Aplicados em 2008: 467.961,52	Equipe técnica e científica	01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Atividades sendo realizadas conforme programado. Inexistência de sindicância
Convênio entre SALOBO /PA./FID ESA /MPEG	Não há. Os recursos foram liberados pela MRN/SAL OBO direto para a FIDESA	Convênio celebrado em 31.01.2007	Execução do projeto Prospecção Arqueológica na área de Linha de Transmissão SALOBO/PA. Coord. Maura Imázio	07.02.2007	150.404,52	Rec. Repassados até 2008: 102.439,24 Rec. Aplicados em 2008: 102.173,24	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto encerrado em Jan/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas encaminhada pela Fidesa a SALOBO. Relatório Técnico elaborado e encaminhado ao financiador. Inexistência de sindicância
Convênio entre SALOBO METAIS/ FIDESA /MPEG	Não há. Os recursos foram liberados pela MRN/SAL OBO direto para a	Convênio original celebrado em 31.05.2003 Segundo Termo Aditivo, assinado em 31.08.2006. 4º Termo	Execução do Programa de Educação patrimonial na área do Projeto SALOBO/PA – Ano II Coord. Janice Lima	10.10.2006	203.824,66	Rec. Repassados até 2008: 318.849,58 Rec. Aplicados em 2008: 262.609,69	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/	Prazo de vigência prorrogado até Maio/2008. Projeto encerrado. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas encaminhada ao financiador. Relatório técnico elaborado pelo coordenador. E encaminhado ao

	FIDESA	Aditivo: assinado em 01/12/08						0001-38	financiador. Inexistência de sindicância
Contrato de pesquisa entre ELETRO NORTE/ FIDESA/ MPEG CT 45000442 82	Não há. Os recursos foram liberados pela ELETRONORTE direto para a FIDESA	Instrumento original assinado em 06.12 2004	Execução do projeto de Avaliação e monitoramento da avifauna na área do reservatório de Tucuruí, PA. Coord. Luiza Magalli Henriques	Falta	384.899,50	Rec. Repassados até 2008: 11.126,33 Rec. Aplicados em 2008: 11.126,33	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267 /0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/ 0001-38	Projeto encerrado em Jun/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas e relatório técnico elaborado e entregue a Eletronorte. Inexistência de sindicância.
Convênio entre MINERAÇÃO RIO NORTE/ FIDESA /MPEG No. 2208/06	Não há. Os recursos forma liberados pela MRN direto para a FIDESA	CT – 2208/06 Convênio assinado em 22.02.2006	Execução do projeto de Salvamento arqueológico na área do Porto Trombetas/PA. Ano II Coord. Vera Guapindaia	28.08.2006	256.935,48	Rec. Repassados até 2008: 51.906,26 Rec. Aplicados em 2008: 51.906,26	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267 /0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/ 0001-38	Projeto encerrado em Fev/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas encaminhada ao financiador pela Fidesa. Relatório técnico elaborado e encaminhado pelo coordenador a MRN Inexistência de sindicância.
Convênio entre a Mineração do Rio do Norte/ FIDESA/ MPEG	Não há. Os recursos forma liberados	CT – 2208/06 Primeiro Termo Aditivo assinado 20.04.2007 3º Termo	Execução do projeto Salvamento arqueológico na área do Porto Trombetas/PA.	03.05.2007	271.935,00	Rec. Repassados	Equipe técnica e	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267 /0001-99	Projeto em execução até Fev/2009. Atividades sendo realizadas conforme programado. Inexistência de sindicância

No. 2208/06	pela MRN direto para a FIDESA	Aditivo: assinado em 11.02.2009,	Ano III Coord. Vera Guapindaia			até em2008: 275.468,14 Rec. Aplicados em 2008: 159.687,82	científica	Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	
Convênio entre MINERAÇÃO RIO NORTE/ FIDESA/ MPEG No. 2213/06	Não há. Os recursos foram liberados pela MRN direto para a FIDESA	CT – 2213/06 Convênio celebrado em 13.06.2006 CT – 2213/06 Primeiro Aditivo assinado em 10.06.2007 2º Termo Aditivo, assinado em 23/01/08.	Execução do Projeto Educação Ambiental e Patrimonial na área de Porto Trombetas/PA – Ano I Coord. Luiz Videira	07.06.2006 28.06.2007	621.396,64	Rec. Repassados até 2008: 340.909,64 Rec. Aplicados em 2008: 140.654,14	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em andamento. Atividades sendo realizadas conforme programado. Prestação de contas e relatório técnico parciais elaborados e entregues a Mineração Rio Norte. Inexistência de sindicância
Convênio entre a CVRD/ FIDESA/ MPEG No.. 252419	Não há. Os recursos foram liberados direto da CVRD para FIDESA	Convênio celebrado em 01.09.2006 1º Termo Aditivo assinado em 01/10/07.	Execução do projeto Conhecer e Preservar: uma proposta para valorização do Patrimônio Ambiental e Cultural da Amazônia. Coord. Luiz Videira	04.10.2006	742.807,09	Rec. Repassados até 2008: 461.636,39 Rec. Aplicados em 2008: 308.922,24	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Prazo de vigência prorrogado até Jun/2011. Projeto em andamento. Atividades sendo realizada conforme programado. Prestação de contas e relatórios técnico parcial elaborados. Inexistência de sindicância.

Termo de Parceria entre o INSTITUTO C&A/MP EG/ FIDESA	Não há. Os recursos são repassados do Instituto C&A direto para a FIDESA	Instrumento celebrado em 02.03.2007	Execução do projeto Clube do pesquisador Mirim 2007 Coord. Luiz Videira	25.04.2007	65.126,00	Rec. Repassados até 2008: 57.078,74 Rec. Aplicados em 2008: 55.483,63	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em execução até Fev/2008. Atividades educativas do Clube do Pesquisador Mirim realizadas com sucesso. Abertura de chamada de novos pesquisadores mirins pela internet. Relatórios técnicos parciais elaborados pelo coordenador do projeto. Inexistência de sindicância.
Contrato de Patrocinio (Doação) entre CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ FIDESA/ MPEG	Não há. Os recursos foram liberados da CEF para a FIDESA	Contrato celebrado em 06.10.2006	Execução do projeto Preservação e Divulgação da Coleção Fotográfica do MPEG. Coord. Nelson Sanjad	Não tem	224.541,00	Rec. Repassados até 2008: 73.833,80 Rec. Aplicados em 2008: 73.288,85	Divulgação institucional	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto encerrado em Out/2008. Atividades realizadas conforme programado. Prestação de contas e relatório técnico elaborado e encaminhado ao financiador. Inexistência de sindicância.
Termo de Comprom	Não há. Os recursos foram	Termo de compromisso assinado em	Execução do projeto para					Financeiro: FIDESA	Projeto em andamento. Inexistência de sindicância.

isso celebrado entre a CVRD/MPEG/FIDESA	doados pela CVRD para a FIDESA	29.08.2007	Revitalização do Parque Zoobotânico do MPEG. Coord. Nelson Sanjad	Não houve	850.000,00	Rec. Repassados até 2008: 320.506,94 Rec. Aplicados em 2008: 248.260,14	Equipe técnica e científica	CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	
Convênio entre a CAMARGO CORREA / ANDRADE GUTIERRES S.A /NORBERTO ODEBRECH S.A/ MPEG/ FIDESA	Não há. Os recursos foram liberados da CAMARGO CORREA/ ANDRADE GUTIERRES S.A /NORBERTO ODEBRECH S.A para a FIDESA	Convênio celebrado 01.08.2007 2º Termo Aditivo: assinado em 01/09/08. Prorrogação até 01/01/09	Execução do projeto Descrição e análise da fauna e flora do médio e baixo Rio Xingu, PA. Coord. Leandro Valle	17.12.2007	2.713.320,31	Rec. Repassados até 2008: 1.588.049,67 Rec. Aplicados em 2008: 1.584.020,36	Equipe técnica e científica	Financeiro: FIDESA CNPJ: 01.971.267/0001-99 Técnico-científico: MPEG CNPJ: 04108782/0001-38	Projeto em andamento até Jun/2009. Atividades sendo realizada conforme programado. Inexistência de sindicância.

O demonstrativo do item 05 anterior reflete as parcerias celebradas pelo Museu Goeldi entidades públicas e/ou privadas com o objetivo de executar atividades e/ou projetos no interesse dos objetivos institucionais.

Especial destaque merecem as parcerias que envolvem o apoio de fundações (FADESP e FIDESIA), das quais não foi possível a Instituição atuar de forma eficaz e eficiente, sem esse apoio, apesar das providências tomadas no sentido de buscar soluções que possam viabilizar o ingresso de recursos na Conta Única – Fonte 150 (Receitas Próprias) sem comprometer o teto orçamentário da Instituição aprovado no PPA.

Nesse sentido, em junho de 2008, especialmente em atendimento as determinações da CGU, no Relatório de Auditoria nº. 208751, a Diretoria do MPEG, por meio do Memo. DIR/MPEG Nº. 132/2008 solicitou a liberação de orçamento na monta necessária a dar suporte a execução dos projetos executados por meio de convênios celebrados com entidades públicas e privadas.

Para justificar informou acerca do volume de recursos captados na Fonte 150 – Receitas Próprias, especialmente decorrentes dos convênios celebrados com entidades privados.

No mesmo documento foi esclarecido que além das implicações de ordem orçamentária, o quantitativo de pessoal insuficiente, tem sido também, um agravante e, conseqüentemente, motivador na busca das parcerias com as fundações de apoio. Na oportunidade solicitou que medidas fossem tomadas, no sentido de autorizar a contratação por meio de concurso de pelo menos 10 (dez) servidores (cargo de Analista de C&T) adicionais para o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Por outro lado, o advento da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, chamada lei de inovação, ampliou o escopo das discussões até então mantidas nas Instituições de Ensino e Pesquisa acerca das questões relacionadas a Pesquisa e Desenvolvimento, como indutores de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Isso porque a lei da inovação, foi editada com o objetivo de criar mecanismos de atuação das ICTS (Instituições de Ciência e Tecnologia) visando o incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica ao desenvolvimento industrial do País, consoante os mandamentos contidos nos arts. 218 e 219 da Constituição Federal do Brasil. Nesse sentido o art. 16 da Lei 10.973/04 que disponha de “núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs, com a finalidade de gerir sua política de inovação”.

Com a implantação do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT), abrem-se as possibilidades de ampliação do montante de recursos captados para o desenvolvimento de projetos em parceria com o setor privado. Contudo, as problemáticas levantadas pela CGU envolvem todas as ICTs brasileiras, em especial as Unidades de Pesquisa do MCT e as IFES.

Para harmonizar o entendimento sobre a aplicação da Lei de Inovação há de buscar mecanismos de interpretação ou alteração que permitam a sua adequada aplicação. Atualmente, dentre outros gargalos, encontra-se a impossibilidade de utilização dos valores adicionais arrecadados não poderem ser utilizados pelas ICTs, sem comprometer o teto orçamentário aprovado no PPA, o Ministério de Ciência e Tecnologia, reuniu durante um Workshop realizado no período de 05 a 06 de junho de 2008, em Belém-Pa, suas Unidades de Pesquisa, Universidades, CGU, TCU, dentre outras entidades interessadas.

Os resultados desse evento apontaram para a necessidade da integração de esforços entre os MCT, MEC, MPOG, SOF, STN, TCU, CGU, etc na busca das soluções demandas.

Nessa direção foi criada a Comissão Técnica Interministerial instituída pela Portaria 934/2008 que tem como parte dos trabalhos, encontrar soluções para o problema do recebimento de receitas e pagamentos no âmbito da Lei de Inovação. Essa CTI é composta por representantes do MCT, MEC, MPOG (STN, SOF, SRH), MF, MDIC, RFB, ABDI).

Espera-se que além da situação referente a receita/despesas, sejam, também, encontradas soluções no sentido de dotar as ICTs da infraestrutura de pessoal necessário, com vistas a melhorar o desempenho da gestão institucional, no tocante ao gerenciamento financeiro/orçamentário, técnico/administrativo dos recursos captados pela instituição por meio das parcerias público/privado, para a execução dos projetos de P&D, fator de primordial necessidade do apoio das fundações.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

(NÃO SE APLICA)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Quadro II.A.4 – Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

Com relação a estas informações, enfatizamos que as ações são desenvolvidas com o esforço individual dos pesquisadores quando concorrem a editais públicos ou recebem doação ou bolsa de pesquisa para pesquisadores visitantes, mas que não envolvem recursos externos diretamente a instituição. No caso das Expedições Científicas, somente aquelas que forem autorizadas no âmbito de um projeto/programa decorrente de acordos entre o Brasil e o País interessado, mas também com o aval do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

8. Renúncia Tributária

(NÃO SE APLICA)

Quadro II. A.5 – Demonstrativo de identificação da renúncia de receitas

Quadro II. A.6 – Demonstrativo da evolução dos valores renunciados e da contrapartida

Quadro II. A.7 – Demonstrativo regionalizado dos usufrutuários diretos da renúncia

Quadro II.A.8 – Demonstrativo regionalizado dos beneficiários da renúncia

Quadro II.A.9 – Demonstrativo dos projetos financiados pela contrapartida

Quadro II. A.10 – Demonstrativo da evolução de análises das prestações de contas

Quadro II. A.11 – Demonstrativo dos Indicadores de gestão de renúncias de receitas

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de Renúncia

(NÃO SE APLICA)

10. Operações de fundos

(NÃO SE APLICA)

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela 15 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

Exercício	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade (1)	Valor
2006	134	36.181,38	66	16.570,80
2007	126	32.492,86	29	10.884,89
2008	29	5.380,13	-	-0-

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Tabela 16 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG:	R\$ 101.510,06
Natureza dos gastos permitidos:	3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3390.47
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Raul Fernando Lima. Novaes de Oliveira Junior	33.862,63
Roseny Rodrigues Mendes	40.895,71
José Amir Lima de Sousa	12.826,83
Rafael de Paiva Salomão	5.565,66
Antônio Carlos Lobo Soares	7.891,23
Rosa de Nazaré Paes da Silva	468,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

12.1. Gestão Orçamentária: CONVÊNIO/SUBVENÇÕES – AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS.

- “Recursos financeiros de convênios do Museu Paraense Emílio Goeldi, repassados diretamente pelos concedentes as Fundações de Apoio”.

Recomendação: “Que a Unidade solicite ao Ministério da Ciência e Tecnologia a inclusão no Orçamento da Unidade os recursos financeiros dos futuros convênios a serem assinados pela Unidade, para que passem a ser executados integralmente pelo MPEG”.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

Trata-se este item dos convênios firmados pelo MPEG com entidades públicas ou privados, tendo as

fundações de apoio como um dos partícipes da relação.

A recomendação acima transcrita pautou-se no fato da equipe da CGU ter concluído em seu relatório (item abaixo transcrito), que o Museu Paraense Emílio Goeldi não se enquadra no rol das Instituições Federais, autorizadas pela Lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº. 5.204/04 que “Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”

Entende a CGU que a Lei nº 8.958/94 regulamentada pelo Decreto 5.205/04,

“... atende apenas as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, portanto não se aplica MPEG, conforme o § 1º, abaixo transcrito do Decreto:

Para os fins deste Decreto, consideram-se instituições federais de ensino superior as universidades federais, faculdades, faculdades integradas, escolas superiores e centros federais de educação tecnológica, vinculados ao Ministério da Educação”.

Argumenta, ainda, que os recursos deveriam

“..... ser repassados diretamente ao MPEG, conforme determina os incisos I, II e III do art. 18 da IN/STN nº 01/93, abaixo transcrito:

I- Se o conveniente for da Administração Direta Federal, a remessa dos recursos será feita pelo Órgão Setorial de Programação Financeira, como consequência da descentralização de créditos;

II- Quando o conveniente for da Administração Federal, integrante da Conta Única, a liberação constituir-se-á em autorização de saque;

III- Sendo o conveniente Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, não integrante da Conta Única, ou Instituição de Direito Privado os recursos ficarão depositados e geridos no Banco do Brasil S/A, na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária cujo controle acionário à União detenha”.

Com o devido respeito, ousamos discordar do entendimento da CGU pelas seguintes razões:

1- Tanto a Lei nº 8.958/94 quanto o Decreto nº 5.205/04 tratam em seus respectivos artigos primeiro das “instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica “ (frigou-se). Vê-se pela conjunção aditiva “e” (serve para unir elementos de função sintática idêntica transmitindo uma idéia de soma) que a intenção do legislador foi abranger tantos as **instituições federais de ensino superior** quanto as **instituições federais de pesquisa científica e tecnológica**. Caso contrário, não teria usado a conjunção aditiva “e”, mas uma vírgula restando a seguinte frase “As instituições federais de ensino superior, de pesquisa científica e tecnológica”.

Contudo, o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, definiu apenas as **instituições federais de ensino superior**, as quais estão referidas no § 1º, do art. 1º do referido decreto como sendo as **universidades, faculdades, faculdades integradas, escolas superiores e centros federais de educação tecnológica, vinculados ao Ministério da Educação**. Note-se que o legislador não incluiu nessa definição as instituições federais de pesquisa científica e tecnológica.

O conceito de instituição científica e tecnológica foi estabelecido pela Lei nº 10.973/2004, de 02 de dezembro de 2004. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005. Os dois diplomas legais definem nos respectivos artigos 2º, inciso V que Instituição de Ciência e Tecnologia é

“órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico”.

Por conseguinte, as instituições de ensino superior na forma definida pelo § 1º, do art. 1º do Decreto nº 5.205/04, também se enquadram nesse conceito, desde que dentre outras, execute, também, “atividades de

pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico”.

Este mesmo artigo 2º, no inciso VII, define como instituição de apoio

“instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico”.

Na interpretação feita pela equipe da CGU ao § 1º do art. 1º do decreto nº. 5.205/04, o argumento é de que o Museu Paraense Emílio Goeldi não integra o rol das entidades consideradas como “instituições federais de ensino superior”. Levando em consideração os estritos limites do conceito, isso de fato é verdade. Isto porque o Museu Goeldi está incluído entre as “instituições federais de pesquisa científica e tecnológica”, também mencionado no artigo 1º como entidades que “poderão celebrar com as fundações de apoio contratos ou convênios”.

Isto posto entendemos não haver qualquer óbice para o Museu Goeldi celebrar convênios com as fundações de apoio com os propósitos estabelecidos na lei em comento.

Por fim, não podemos perder de vista o fato do Museu Paraense Emílio - mesmo não estando incluído no rol das entidades descritas no §1º do art. 1º do Decreto nº 5.205/04 - mantém em convênio com a UFRA e UFPa cinco cursos de pós-graduação (MPEG/UFRA - mestrado em botânica; MPEG/UFPa - mestrado e doutorado em zoologia e mestrado e doutorado em ciências sociais) devidamente aprovados pelo MEC e reconhecidos pela CAPES (doc. 001) justificando assim o seu envolvimento e responsabilidade com as nas atividades de ensino superior.

2- Com relação às disposições contidas na IN nº 01 de 15 de Janeiro de 1997, e as alterações posteriores, especialmente as contidas no art. 18, I, II e III, conforme mencionadas no relatório da CGU, fazemos as seguintes considerações:

A referida Instrução Normativa, conforme dispõe o seu art. 1º, regula a “celebração (assinatura de termo de convênio) e a execução de convênio de natureza financeira, para fins de execução descentralizada de Programa de Trabalho de responsabilidade de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta”.

Para maior clareza o § 1º do art. 1º, da IN estabelece as seguintes definições:

“§ 1º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - convênio - instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação; (grifou-se)

II - concedente - órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

III - convenente - órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio;

IV - interveniente - órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

V - executor - órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular, responsável direta pela execução do objeto do convênio;

VI - contribuição - transferência corrente ou de capital concedida em virtude de lei, destinada a

pessoas de direito público ou privado sem finalidade lucrativa e sem exigência de contraprestação direta em bens ou serviços.

Na hipótese dos convênios descritos no relatório da CGU as disposições da referida IN foram totalmente cumpridas quando o **concedente** pertence a uma das categorias definidas no art. 1º, § 1º, inciso II acima transcrito. Observe-se que apenas a FINEP e a Petrobrás se enquadram no rol das entidades mencionadas no relatório. Os demais concedentes são órgão públicos estaduais (SEDECT e ex-SECTAM), cujas contas são também movimentadas no Banco do Brasil, e entidades privadas.

Nos casos mencionados no item anterior a FADESP figura como **conveniente** e o MPEG como **executor** e os depósitos dos recursos efetuados pelo **concedente** (FINEP e PETROBRÁS) obedeceu as disposições contidas no art. 18 da IN 01/97 do STN.

Mesmo diante dos fatos acima relatados a Direção deste MPEG cumpriu a recomendação da CGU, solicitando por meio do Memo. DIR/MPEG Nº. 132/2008 a liberação de orçamento na monta necessária a dar suporte a execução dos projetos executados por meio de convênios celebrados com entidades públicas e privadas.

Oportuno, ainda, ressaltar que além das restrições de ordem orçamentária/financeira, outras razões de ordem administrativa e operacional motivaram o MPEG a buscar nas fundações o apoio para a realização de projetos por meio de convênios.

Esta deficiência não é específica do MPEG. Outras instituições de pesquisa, também, carecem de infraestrutura para atender de forma satisfatória seus objetivos. Nesse sentido foi a conclusão do Relatório de Auditoria Operacional, realizado pelo TCU com o objetivo de avaliar a gestão governamental da Amazônia brasileira (TC-019.720/2007-3) que dentre outras, recomenda no sub-item 9.1.3 do ACÓRDÃO Nº. 1097/2008 - TCU – PLENÁRIO, “ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT que desenvolvam, de forma conjunta, um plano de ação com vistas a suprir as carências já identificadas pelos institutos de pesquisa da Região Amazônica, especialmente no que se refere ao quadro de pesquisadores”.

Providências a serem implementadas:

Diante dos argumentos e documentos acima mencionados e anexados, solicitamos revisão da recomendação contida no relatório da equipe de auditoria, especialmente no que concerne as impropriedades atribuídas ao fato do Museu Goeldi celebrar convênios com entidades públicas e privadas tendo as fundações de apoio com um dos partícipes.

Prazo limite de implementação da etapa 1:

Não há possibilidade de estabelecer prazo para implementação das providências, uma vez que as ações dependem de autorização do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão. Cumpre, reiterar, que o Museu Goeldi não dispõe de orçamento e infra-estrutura operacional (pessoal técnico administrativo) para executar as atividades que lhe são demandas por força da missão e objetivos institucionais.

12.2. Gestão Financeira: Recursos Disponíveis – Cartão Corporativo

- “Utilização indevida do Cartão Corporativo com pagamentos de despesas de manutenção da Sede da Entidade”.

Recomendação: “Que a Unidade observe nas futuras Concessões de Suprimento de Fundos por meio de Cartão Corporativo o cumprimento da legislação vigente que regula a matéria”.

Providências a serem implementadas:

O MPEG somente está usando recursos de suprimento de fundos em caráter excepcional. Tanto isso é verdade que o último suprimento de fundo foi concedido em 16 de março de 2008, cuja prestação foi efetuada no prazo regulamentar.

Para atender as despesas de manutenção da Unidade, desde janeiro de 2008 a Administração está adotando o Sistema de Registro de Preços, que permite a escolha de fornecedor para futuras contratações sem a necessidade de recurso orçamentário disponível no momento.

Esta medida foi implementada como resultado dos treinamentos realizados (Sistema de Registro de Preços) com a equipe de pregoeiros em novembro de 2007.

Prazo limite de implementação da etapa 1:

Medida já implementada desde março de 2008.

12.3. Gestão Patrimonial: Inventário Físico e Financeiro – Registros Oficiais e Financeiros

- “Ausência do Termo de Responsabilidade”.

Recomendação: “Que a Unidade estipule prazos para a assinatura e devolução dos Termos de Responsabilidade pelas coordenações e chefias”.

“No caso de não atendimento dos prazos estipulados, que a unidade proceda a providências de responsabilidade”.

Providências a serem implementadas:

Para atender a recomendação contida no relatório de auditoria a Diretora do Museu Goeldi, estabeleceu o prazo de até 04 de Julho de 2008 para que os Coordenadores e Chefes de Serviço devolvessem os Termos de Responsabilidade conferidos e assinados ao Serviço de Patrimônio.

A solicitação foi atendida, os Termos de Responsabilidade, organizados por sala, devidamente assinados pelos respectivos responsáveis.

Prazo limite de implementação da etapa 1: 04/07 / 2008 (prazo concedido aos Coordenadores e Chefes de Serviços para devolução dos Termos de Responsabilidade, que foi de pronto atendido).

Prazo limite de implementação da etapa 2: 31 /12 / 2008 (inventário de bens móveis e imóveis referente ao exercício de 2008).

12.4. Gestão de Suprimento de Bens/Serviços: Processos Licitatórios – Formalização Legal

- “Incompatibilidade na contratação de Fundações de Apoio para execução financeira de projetos”.

Recomendação: “Que a Unidade execute integralmente as atividades dos Projetos que estão sob a sua responsabilidade”.

- “Pagamentos antecipados a Fundações de Apoio para execução de Contratos de Prestação de Serviços”.

Recomendação: “Que a Unidade Gestora cumpra os normativos que regem a execução da despesa pública”.

Posicionamento do Gestor em relação às recomendações:

Entendemos não se tratar de descumprimento das normas que regem a execução de despesa pública tendo em vista que:

a) há um equívoco na interpretação da lei 8.958/94 e Decreto 5.205/2004, especialmente no que refere a aplicação do §1º do art. 1º deste último. A justificativa apresentada para o item 1.0 acima aplica-se a presente situação.

b) A contratação das fundações referidas no relatório se deu em estrita conformidade com as disposições do art. 1º da Lei 8.956/94 e seu decreto regulador, que dispõem sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.

c) A situação em exame enquadra-se exatamente no contexto da exceção a que faz referência o Decisão 1646/2002 do TCU mencionada no relatório objeto deste plano de providências, uma vez as atividades executadas no âmbito dos contratos celebradas entre o MPEG e as Fundações de apoio, estão vinculadas a projetos específicos de pesquisa científica, aprovados previamente pelo MPOG e MCT. Este, sua vez designou, em conformidade com os respectivos objetivos institucionais, o Museu Paraense Emílio Goeldi e outros institutos de pesquisa como coordenadores. Ainda no contexto da excepcionalidade contida na referida decisão do TCU, os contratos foram celebrados “por prazo determinado e dentro da finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da instituição federal contratante, nos estritos termos do art. 1º da Lei nº. 8.958/94...”. Por fim, levando em consideração todos os argumentos apresentados neste e em outros documentos já entregues a equipe de auditoria, fica evidente que as ações praticadas no âmbito desses contratos (PPBio, GEOMA e Boletins Científicos) atendem de forma clara e inequívoca as formalidades legais exigidas.

Providências a serem implementadas:

Mesmo discordando do posicionamento da CGU, a Diretora do MPEG formalizou em 20 de junho de 2008, expediente ao Ministério da Ciência e Tecnologia – Memo. DIR/MPEG Nº. 123/2008, informando da impossibilidade de receber novos recursos para viabilizar a continuidade da execução dos Planos de Trabalhos 2008/2009 sob a sua responsabilidade, em especial o PPBio e GEOMA.

Ressalte-se que há, ainda, em execução pela FADESP e FIDESIA atividades referentes aos Planos de Trabalhos dos respectivos programas, para os exercícios de 2007/2008, cujas prestações de contas deverão estar concluídas até o final do exercício.

Prazo limite de implementação da etapa 1: 20 /06 / 2008 (Expediente ao MCT informando da impossibilidade de receber recursos do PPBio e GEOMA)

Prazo limite de implementação da etapa 2: 31 /03/2009 e 31 /12/2009 – Devido não ter sido possível concluir os trabalhos no exercício, foi necessário aditar o prazo de vigência dos contratos referentes ao GEOMA e Boletins Científicos, respectivamente.

13. Determinações e recomendações do TCU

O Acórdão Nº 4265/2008 – TCU – 2ª Câmara, Determina ao Museu Paraense Emílio Goeldi que:

- a) Observe as disposições do Decreto nº 5.355/2005 e Portaria MP nº 41/2005 na utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF;
- b) Não efetue pagamento a empresas que estejam com certidões de regularidade fiscal vencidas, na forma do que preceitua o art. 195, da Constituição Federal;
- c) Observe os ditames da Lei nº 4.320/64 e Instrução Normativa Sedap nº 205/88, elaborando o inventário anual dos Bens Móveis e atualizando os Termos de Responsabilidade e o Sistema de Controle e Gerenciamento dos Bens Patrimoniais;
- d) Observe os princípios que norteiam os procedimentos licitatórios em obediência aos ditames da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- e) Formalize as contratações, de qualquer valor que ensejem obrigações futuras, obrigatoriamente por meio de Termo de Contrato, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício – Estes atos, praticados no exercício, estão demonstrado na tabela 17.

Tabela 17

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	-	-

Desligamento	-	-
Aposentadoria	03	03
Pensão	01	01

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Quadro II.A.13 – Processos dispensados de instauração de TCE e processos de TCE não encaminhados ao TCU em decorrência do arquivamento no órgão de origem¹ – Exercício 2009.

Motivo da dispensa ou do arquivamento ²	Nº do processo (adm. ou TCE)	Responsável		Cargo ou função do responsável ³	Valor do débito atualizado ⁴ até 31/12 (R\$)	Data da ocorrência ⁵	Ocorrência (irregularidades detectadas) ⁶	Principais medidas administrativas adotadas ⁷
		CPF / CNPJ	Nome					
							NADA CONSTA	

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Tabela 18 - composição de Recursos Humanos em 31.12/Despesas no exercício

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	261	22.548.837	253	22.898.286	249	28.419.352
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	261	22.548.837	253	22.898.286	249	28.419.352

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	03	19.382	03	46.728	04	116.162

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	78		80		80	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	72		85		85	
Pessoal Terceirizado						

Outras atividades	-	-	-
Estagiários	113	95	100
Total Pessoal Terc + Estag	263	260	265

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	07	467.919	06	341.266	05	411.105
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade	07	467.919	06	341.266	05	411.105

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	129	17.300.520
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	120	11.118.832
Total Geral	249	28.419.352

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

O Museu Paraense Emilio Goeldi tem feito um esforço muito grande de melhorar a qualidade da gestão institucional, com projetos estratégicos planejados para realização no período de 2006 a 2010, conforme nosso Plano Direto e com a introdução de metodologias e tecnologias de gestão pela qualidade. A metodologia de trabalho e as iniciativas que estão sendo realizadas devagar e o estágio atual dos projetos nos leva a uma reflexão importante, enquanto gestores, em relação à viabilidade das medidas adotadas levarem a um choque de governabilidade capaz de refletir positivamente no seu desempenho.

Assim, em 2005, logo que assumimos a direção do Museu Goeldi, realizou-se uma série de mudanças gerenciais, de forma a melhorar o desempenho do setor administrativo. Os objetivos a curto prazo foram:

- Redução dos custos operacionais, mediante o comprometimento com a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos, eliminando o desperdício e equilibrando a composição dos gastos;
- Elevação dos níveis de excelência do atendimento aos usuários do MPEG, com a elaboração do Plano de Revitalização do Parque Zoológico e instalação da ouvidoria.
- Aperfeiçoamento da capacidade gerencial e operacional do MPEG para a melhoria qualitativa e quantitativa dos seus serviços;

- d) Descentralização e desconcentração do processo decisório e de execução;
- e) Aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo do quadro de pessoal do MPEG;
- f) Aumento dos níveis de eficiência e de modernização da máquina administrativa do MPEG, por meio da racionalização e simplificação da estrutura, rotinas, métodos e processos de trabalho, além da utilização de recursos computacionais (o que foi mais difícil alcançar);

Para o MPEG é imprescindível a busca da melhoria contínua dos seus projetos e serviços, pois as informações que produz são essenciais, e cada vez mais demandadas, pelos poderes federal, estadual e municipal, pela iniciativa privada, pelo meio acadêmico e pela sociedade em geral, além dos órgãos internacionais, de cooperação científica, pois sua agenda é basicamente voltada para o conhecimento e disseminação de informação sobre a maior região do Brasil- a Amazônia.

As informações sobre biodiversidade e sociodiversidade dessa imensa região são necessárias para qualificar e quantificar aspectos ambientais, sociais, econômicos e estratégicos, imprescindíveis ao planejamento, gestão e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ciente de tal importância, o MPEG tem direcionado esforços para a busca da qualidade das informações que produz e dissemina.

A preocupação com a qualidade vem sendo uma constante, pautada por padrões de compromisso com a credibilidade institucional como característica essencial na produção de dados e informações sobre a Amazônia. O MPEG, como instituição de pesquisa científica e tecnológica, vem cada vez mais ampliando a abrangência temática e geográfica para o levantamento de suas pesquisas, objetivando atender a demandas do governo federal e estadual para a formulação e implementação de políticas públicas.

Assim, reconhece-se que mudanças de valores e comportamentos individuais e organizacionais se constituem como o principal instrumento para a transposição de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial no MPEG. Ele assume caráter estratégico no âmbito da instituição, na medida em que procura implementar e institucionalizar boas práticas de gestão. Para tal, será ainda necessário rever todos os processos de trabalho com vistas à sua maior eficiência e eficácia, bem como assegurar a infra-estrutura necessária a seu funcionamento e desenvolvimento.

Há muito otimismo por parte da equipe de servidores, coordenadores e da direção da Instituição, de levar adiante o que foi iniciado e que trouxe soluções efetivas para vários problemas relacionados ao gerenciamento do MPEG.

O planejamento estratégico foi, com clareza, o que permitiu ao MPEG trabalhar de forma coordenada e estratégica. O acompanhamento dos resultados da gestão por meio de indicadores possibilitou uma constante revisão da sua eficácia, dando ao gestor a facilidade de melhorar suas equipes e seus processos de trabalho.

Entretanto, muitas dificuldades e obstáculos foram apresentados ao longo dos anos, o que levou ao sucesso relativo no desempenho de gestão que se apresenta neste ano de 2009. Mesmo assim, chegamos a 2009, melhores do que fomos em 2005.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

(NÃO SE APLICA)

ANEXO IV - PLANO DE PROVIDÊNCIAS

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
Relatório de Auditoria/ Nota de Auditoria/Nota Técnica n°: 208751

1. Item do Relatório de Auditoria: 1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA; 1.1. ACONVÊNIOS/SUBVENÇÕES; 1.1.1. ASSUNTO – AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS. 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO (004)

1.1 Recomendação: 001 “... que a Unidade solicite ao Ministério da Ciência e Tecnologia a inclusão no Orçamento da Unidade os recursos financeiros dos futuros convênios a serem assinados pela Unidade, para que passem a ser executados integralmente pelo MPEG”.

1.1.1 Providências a serem Implementadas:

Diante dos argumentos e documentos mencionados e anexados, solicitamos revisão da recomendação contida no relatório da equipe de auditoria, especialmente no que concerne as impropriedades atribuídas ao fato do Museu Goeldi celebrar convênios com entidades públicas e privadas tendo as fundações de apoio com um dos partícipes.

1.1.2 Prazo - Etapa 1:

Não há possibilidade de estabelecer prazo para implementação das providências, uma vez que as ações dependem de autorização do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Orçamento Planejamento e Gestão. Cumpre reiterar, que o Museu Goeldi não dispõe de orçamento e infra-estrutura operacional (pessoal técnico administrativo) para executar as atividades que lhe são demandas por força da missão e objetivos institucionais.

1.1.3 Situação em: 31 /12 / 2008

2. Item do Relatório de Auditoria: 2. GESTÃO FINANCEIRA; RECURSOS DISPONÍVEIS; 2.1.1. ASSUNTO – CARTÃO CORPORATIVO; 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO (005).

2.1. Recomendação: 001 “... que a Unidade observe nas futuras Concessões de Suprimento de Fundos por meio de Cartão Corporativo o cumprimento da legislação vigente que regula a matéria”.

2.1.1 Providências a serem Implementadas:

O MPEG somente está usando recursos de suprimento de fundos em caráter excepcional. Tanto isso é verdade que o último suprimento de fundo foi concedido em 16 de março de 2008, cuja prestação foi efetuada no prazo regulamentar.

Para atender as despesas de manutenção da Unidade, desde janeiro de 2008 a Administração está adotando o Sistema de Registro de Preços, que permite a escolha de fornecedor para futuras contratações sem a necessidade de recurso orçamentário disponível no momento.

Esta medida foi implementada como resultado dos treinamentos realizados (Sistema de Registro de Preços) com a equipe de pregoeiros em novembro de 2007.

2.1.2 Prazo - Etapa 1:

Medida já implementada desde março de 2008.

2.1.3 Situação em: 31 / 12 / 2008

3. Item do Relatório de Auditoria: 3. GESTÃO PATRIMONIAL; 3.1. INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO; 3.1.1. ASSUNTO – REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS; 3.1.1.1 CONSTATAÇÃO (006)

3.1 Recomendação: 001 “... que a Unidade estipule prazos para a assinatura e devolução dos Termos de Responsabilidade pelas coordenações e chefias”.

3.1.1 Providências a serem Implementadas

Para atender a recomendação contida no relatório de auditoria a Diretora do Museu Goeldi, estabeleceu o prazo de até 04 de Julho de 2008 para que os Coordenadores e Chefes de Serviço devolvessem os Termos de Responsabilidade conferidos e assinados ao Serviço de Patrimônio (doc. 014).

A solicitação foi atendida em anexo (docs. 015 a 015.160) os Termos de Responsabilidade, organizados por sala, devidamente assinados pelos respectivos responsáveis.

3.1.2 Prazo:

Prazo limite de implementação da etapa 1: 04 /07 / 2008 (prazo concedido aos Coordenadores e Chefes de Serviços para devolução dos Termos de Responsabilidade, que foi de pronto atendido).

Prazo limite de implementação da etapa 2: 31 /12 / 2008 (inventário de bens móveis e imóveis referente ao exercício de 2008).

3.1.3 Situação em: 31 / 12 / 2008

4. Item do Relatório de Auditoria: 4. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS/ SERVIÇOS; 4.1. PROCESSOS LICITATÓRIOS; 4.1.1. ASSUNTO – FORMALIZAÇÃO LEGAL; CONSTATAÇÃO (007) E (008)

4.1 Recomendação: CONSTATAÇÃO (007) “.... que à Unidade execute integralmente as atividades dos Projetos que estão sob a sua responsabilidade”.

CONSTATAÇÃO (008) “... que à Unidade Gestora cumpra os normativos que regem a execução da despesa pública”.

4.1.1 Providências a serem implementadas:

Mesmo discordando do posicionamento da CGU, a Diretora do MPEG formalizou em 20 de junho de 2008, expediente ao Ministério da Ciência e Tecnologia – Memo. DIR/MPEG Nº. 123/2008 (doc. 016), informando da impossibilidade de receber novos recursos para viabilizar a continuidade da execução dos Planos de Trabalhos 2008/2009 sob a sua responsabilidade, em especial o PPBio e GEOMA.

Ressalte-se que há, ainda, em execução pela FADESP e FIDESA atividades referentes aos Planos de Trabalhos dos respectivos programas, para os exercício de 2007/2008, cujas prestações de contas deverão estar concluídas até o final do exercício.

4.1.2 Prazo:

Prazo limite de implementação da etapa 1: 20 /06 / 2008 (Expediente ao MCT informando da impossibilidade de receber recursos do PPBio e GEOMA).

Prazo limite de implementação da etapa 2: 31 /12/2008 (prazo final para aplicação dos recursos do PPBio, GEOMA e Boletins Científicos, referente aos Planos de Trabalho para os exercícios de 2007/2008).

4.1.3 Situação em: 31 / 12 / 2008

5. Item do Relatório de Auditoria: 5. CONTROLE DA GESTÃO; 5.1. SUBÁREA – CONTROLES EXTERNOS; 5.1.1. ASSUNTO: ATUAÇÃO DO TCU /SECEX NO EXERCÍCIO /ACÓRDÃO Nº.

3362 /2007 - 2ª. CÂMARA.

O relatório de auditoria, objeto deste Plano de Providências menciona o cumprimento parcial do Acórdão em virtude da constatação de parte dos Termos de Responsabilidade. Uma vez resolvida a pendência, conforme providências mencionadas no item 3.0 acima, entendemos totalmente cumpridas as determinações emanadas do TCU ao MPEG, por meio do ACÓRDÃO Nº. 3362 /2007 - 2ª. CÂMARA.

Por todo o exposto e restando de forma clara e inequívoca a total ausência de má fé na aplicação dos recursos assim como na execução das atividades a cargo desta Unidade, vimos requerer a especial atenção da equipe de auditoria no sentido de rever as constatações e recomendações contidas no relatório a que se refere o presente Plano de Providências.

IMA CELIA GUIMARÃES VIEIRA
Diretora Geral
Museu Paraense Emílio Goeldi

ANEXO III – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1.

Número do processo:	01205.000032/2008-37				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Outros (especificar) Ordem Interna
Numero e data do Ato:	Nº: 007/2008			Data: 28 de março de 2008.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de <i>notebook</i> marca Sony modelo PCG-4H2L de propriedade do MPEG que se encontrava em poder da servidora Dra. Marlúcia Bonifácio Martins, em sua residência na localidade de Mosqueiro.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	Não houve. Relevou-se o fato da servidora não ter comunicado à SMP a saída do equipamento das dependências do MPEG, em vista das circunstâncias de uso do referido bem.				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): R\$ 7.800,00			
Obs:	O fato foi encaminhado à Polícia Federal para ser apurado por meio de Inquérito Policial.				

2.

Número do processo:	01205.000057/2008-31				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/> Outros (especificar) Ordem Interna
Numero e data do Ato:	Nº: 010/2008			Data: 14 de maio de 2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar desaparecimento da bateria do veículo Toyota, placa JTZ 4032, de propriedade da FADESP (adquirido pelo Convênio 017/2001 / FINEP / MPEG / CT PETRO/ANP), sob a guarda do MPEG e que se encontrava parado devido a problemas mecânicos.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento

Penalidade aplicada:	Reposição do bem pela equipe de vigilantes.			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): R\$ 300,00		
Obs:	O fato foi encaminhado à Polícia Federal para ser apurado por meio de Inquérito Policial.			

3.

Número do processo:	066/2008 - MPEG			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Ordem Interna		
Numero e data do Ato:	Nº: 012/2008		Data: 26 de maio de 2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de 2 (dois) monitores de computador (tela LCD) que estavam guardados na Sala de Segurança do prédio da Rocinha.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolução	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Penalidade aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): R\$ 1.078,00		
Obs:	O fato foi encaminhado à Polícia Federal para ser apurado por meio de Inquérito Policial.			

4.

Número do processo:	01205000081/2008-70			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Ordem Interna		
Numero e data do Ato:	Nº: 014/2008 017/2008 (alteração)		Data: 20 de junho de 2008 04 de julho de 2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar eventual descumprimento ao art. 4º, incisos XII e XIV, da Lei nº 10.520/02, no processo de licitação – Pregão MCT/MPEG 011/2006 que resultou na contratação da empresa FALCON Vigilância e Segurança Ltda.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolução	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		

	<input type="radio"/>	Penalidade Prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	Não houve, uma vez que não ficou constatado ato fraudulento. Empresa encontrava-se com todos os documentos regulares, e considerando o término do contrato de serviços, bem como o planejamento para realização de novo certame, entendeu-se por não rescindir o contrato com a referida empresa.			
Remessa dos autos:	<input type="radio"/>	MPF	<input type="radio"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="radio"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

5.

Número do processo:	01205.000135/2008-05					
Tipo de processo:	<input type="radio"/>	Sindicância Investigativa		<input type="radio"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="radio"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	<input type="radio"/>	Portaria	<input type="radio"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Ordem Interna
Numero e data do Ato:	Nº: 008/2008 036/2008 (prorrogação do prazo) 037/2008 (retificação)			Data: 18 de agosto de 2008 18 de outubro de 2008 03 de dezembro de 2008		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar o desaparecimento de 2 (dois) monitores de computador (tela LCD) que estavam guardados na Sala de Segurança do prédio da Rocinha, de acordo com a sindicância 066/2008 – MPEG;					
Situação do processo:	<input type="radio"/>	Instrução	<input checked="" type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="radio"/>	Relatório
	<input type="radio"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			<input type="radio"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="radio"/>	Absolvição	<input type="radio"/>	Apenação	<input type="radio"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="radio"/>	Penalidade Prescrita			<input type="radio"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="radio"/>	MPF	<input type="radio"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="radio"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): R\$ 1.078,00				
Obs:	O fato foi encaminhado à Polícia Federal para ser apurado por meio de Inquérito Policial.					

6.

Número do processo:	01205.000219/2008-31					
Tipo de processo:	<input type="radio"/>	Sindicância Investigativa		<input type="radio"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="radio"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	<input type="radio"/>	Portaria	<input type="radio"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Ordem Interna
Numero e data do Ato:	Nº: 033/2008			Data: 28 de outubro de 2008		

Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar denúncia contra fato praticado em empréstimo consignado no Centro de Integração e Assistência aos Servidores Públicos (CIASPREV) pelo funcionário Raimundo Rodrigues da Silva (CZO).					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	Através de despacho datado de 15 de janeiro de 2009, a Diretora do MPEG determinou a instauração de um novo Processo Administrativo Disciplinar para apuração das irregularidades e as demais infrações conexas. O novo PAD foi instaurado sob o número 01205.000002/2009-10					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

7.

Número do processo:	01205.000.283/2008-11					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar) Ordem Interna
Numero e data do Ato:	Nº: 042/2008			Data: 31 de dezembro de 2008		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento de vários livros da coleção de obras raras existente na Coordenação de Informação e Documentação (CID) do MPEG.					
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$): Ainda não estimado				
Obs:	O fato foi encaminhado à Polícia Federal para ser apurado por meio de Inquérito Policial.					

Belém, 09 de fevereiro de 2009

Benedita da Silva Barros

Assessoria da Diretoria

MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi